

# **MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS DE MEMÓRIA**

**Rogério Haesbaert da Costa**

Universidade Federal Fluminense

Niterói, 2015

## SUMÁRIO

- I. Raízes de uma multiterritorialidade vivida – p. 3
- II. Dilemas da formação acadêmica: legado e questionamento de uma Geografia “tradicional” – 18
- III. A renovação da Geografia crítica, os “gaúchos” e a questão regional - p. 28
- IV. A abertura das Geografias Críticas, a (pós) modernidade e o mito da desterritorialização – p. 44
- V. Sociedades de In-Segurança e Des-Controle dos Territórios: enfim, um olhar para o Rio – p. 55
- VI. De volta ao início: questão de identidade – 60

## I. RAÍZES DE UMA MULTITERRITORIALIDADE VIVIDA

Este texto tem seu vínculo primeiro na redação de um “memorial” para concurso de Professor Titular (UFF-setembro de 2015), mas que vai um pouco além do mero caráter acadêmico. Decidi aproveitar esta oportunidade para fazer um balanço autobiográfico de trajetórias que, em maior ou menor grau, formaram minhas múltiplas geografias vividas. Contrariando a amiga Lia Machado, que me recomendou não fazer como nosso saudoso Maurício [Abreu], que teria “romanceado”, “dizendo que desde pequeno gostava de Geografia”, vou começar pela infância, e justamente pra dizer que, de fato, desde que “me conheço por gente”, sou um apaixonado por mapas e por geografia - aquela, obviamente, do senso comum, da cartografia e da descrição dos lugares. Não se trata exatamente de uma “egogeografia”, nos moldes propostos por Jacques Lévy pois, como afirmaram há pouco Yann Calbérac e Anne Volney, num número especial da revista “Géographie et Cultures”<sup>1</sup>:

*Para além da (auto)bio-geografia de geógrafo que visa, pelo relato de vida, compor uma figura de pesquisador(a) ao ancorá-lo nos lugares em que a carreira se desdobra, ou além da abordagem egogeográfica inspirada por Jacques Lévy, que pretende construir a autoridade de um(a) autor(a) graças a um retorno sobre sua produção científica, este número [estas memórias, no meu caso] convida[m] a explorar as múltiplas relações entre o ego (dimensão identitária do sujeito epistêmico) e a geografia (conjunto de conhecimentos e de métodos)<sup>2</sup>.*

Redigir um memorial acadêmico ou, como neste caso, um conjunto múltiplo de memórias, não é tarefa fácil, pois nossa lembrança é sempre seletiva e nem sempre

---

<sup>1</sup> Yann Calbérac, Anne Volney (dir.), « J'égo-géographie », *Géographie et Cultures*, n° 89/90, 2015, 288 p., L'Harmattan.

<sup>2</sup> Tradução livre. No original: “Au-delà de l’(auto)bio-géographie de géographe qui vise, par le récit de vie, à composer une figure de chercheur-e en l’ancrant dans les lieux où la carrière se déploie, ou au-delà de la démarche égogéographique inspirée par Jacques Lévy qui entend construire l’autorité d’un-e auteur-e grâce à un retour sur sa production scientifique, ce numéro invite à explorer les multiples rapports entre l’ego (dimension identitaire du sujet épistémique) et la géographie (ensemble de connaissances et de méthodes)”. Os autores afirmam ainda que “a egogeografia permite questionar a articulação entre o sujeito (dimensão subjetiva da pesquisa, jogo [enjeu] subjetivo-identitário da pesquisa) e o científico (prática – metodologia, escritura – objeto), o que nos conduz não somente a reconhecer o lugar mas a estudar o trabalho de todas as dimensões do sujeito na construção dos saberes científicos” (p. 8-9 da “Introduction”).

aquilo que nos parece mais relevante o seria sob o olhar de um outro. Realizar um balanço e uma análise crítica de nossa contribuição é ainda mais temerário. Corre-se todo o tempo o risco do egocentrismo. Nossas trajetórias são moldadas não apenas pelo que é possível transpor em relatórios burocráticos, mas se revestem da dimensão do vivido que, muitas vezes, é a única capaz nem tanto de explicar mas, pelo menos, de tornar compreensíveis nossas opções e feitos, não apenas no âmbito pessoal mas também na esfera mais estritamente profissional-acadêmica. Assim como as categorias analíticas que racionalizamos não podem ignorar seu uso enquanto categorias da prática, no senso comum, pois com elas é que, em última instância, agimos, também devemos pensar nossos caminhos numa íntima associação entre construção intelectual e práticas da geografia vivida.

Por isso, acredito que somente um conjunto de memórias onde se cruzem sensibilidade e razão, experiência concreta e reflexão teórica, é capaz de revelar a riqueza labiríntica desses percursos. Com o cuidado, sempre, para não cair nem no esquecimento que ignora pontos e personagens significativos, nem na pretensão e/ou na arrogância que enaltecem exageradamente algumas de nossas realizações.

Romper com a dicotomia entre o subjetivo e o objetivo, a emoção e a razão, pois essa ordenação de memórias permite – ou melhor, poderíamos dizer “exige” – a sua permanente imbricação é, portanto, um dos grandes méritos de um “memorial”. Como se trata sobretudo de uma tarefa quase autobiográfica, individual, podemos lembrar o que nos afirma o saudoso amigo Maurício Abreu em seu artigo “Sobre a memória das cidades”:

*O espaço da memória individual não é necessariamente um espaço euclidiano. Nele as localizações podem ser fluidas ou deformadas, as escalas podem ser multidimensionais, e a referenciação mais topológica do que topográfica<sup>3</sup>*

Nesse sentido a literatura e seus escritores também podem ser acionados para nos recordar que não é nada fácil, e mesmo contraproducente, buscar “linhas” ou “regularidades” numa história pessoal, ainda que pelo viés acadêmico. O grande Guimarães Rosa, por exemplo, nos alerta que “as lembranças da vida da gente se

---

<sup>3</sup> Abreu, M. 1998. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia Vol. XIV* (p. 83). Substitui a última palavra, “geográfica”, por “topográfica”, por entender que o topológico é outra perspectiva para a leitura do espaço *geográfico*.

guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimentos, uns com os outros não se misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância”<sup>4</sup>. Isso nos faz lembrar também da leitura genealógica foucaultiana, que privilegia as rupturas e as discontinuidades. Quando se trata de memória, fica ainda mais difícil encontrar um fio condutor que demonstre a continuidade da lembrança. Ela é feita em pedaços, e somente o menos importante é que permite falar em continuidade. O novo efetivamente só emerge nos momentos de discontinuidade com o que já estava concebido, repetitivamente dado.

Talvez pudéssemos pensar também que na própria vida concreta os momentos de fato relevantes são aqueles que rompem com as continuidades e estabelecem rupturas. Nesse sentido, o novo, o que inaugura uma nova etapa ou descoberta, só pode brotar do sentido do “fazer diferença” que representam determinados momentos – e lugares, eu acrescentaria. Quem/aquilo que “faz diferença” em nossas vidas é quem/aquilo que nos instiga à mudança, a outras perspectivas de mundo. E quem faz diferença, obviamente, é o Outro. Daí uma marca que posso identificar, desde agora, na minha trajetória: a busca do Outro, um Outro que eu fui buscar pela Geografia, pela diferença que fazem os nossos múltiplos espaços de vida. Daí a proposta de intitular este relato “Múltiplos territórios de memória”. São muitos os referentes espaciais que moldam nossas trajetórias e que permitem um processo de des-reterritorialização múltiplo e constante.

Como afirma Assmann, pesquisadora na área de estudos culturais:

*Após intervalos de suspensão da tradição, peregrinos e turistas do passado retornam a locais significativos para eles, e ali encontram uma paisagem, monumentos ou ruínas. Com isso ocorrem “reanimações”, mas quase tanto o lugar reativa a recordação quanto a recordação reativa o lugar*<sup>5</sup>.

Com Assmann, deduz-se que lugares viram quase “sujeitos” pois, ao serem observados, podem instigar determinadas sensibilidades. Alguns, como os monumentos, são mesmo deliberadamente construídos para que “emitam” certas mensagens, um campo específico de representações (comumente ligadas a um determinado conjunto de relações de poder). Num tempo em que o dualismo entre sociedade e natureza se desfaz e em que essa relação precisa ser constantemente

---

<sup>4</sup> Agradeço a Amélia Cristina Bezerra por essa expressão de Guimarães Rosa.

<sup>5</sup> Assmann, A. 2011. *Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora Unicamp.

reavaliada, passamos a demandar até mesmo um “direito da natureza” como, de forma inovadora, propõe a constituição do Equador ou, em termos mais teóricos, um “parlamento das coisas”, como quer Bruno Latour. Assim, estamos bem acompanhados quando identificamos, em espaços do nosso passado – ou do passado que se condensa no presente (como na “acumulação desigual de tempos” de Milton Santos), a força de determinados referenciais concretos que, imbuídos de um profundo simbolismo, podem provocar em nós uma espécie de viagem no tempo.

Se esses espaços de memória podem ser tratados igualmente como territórios, é uma polêmica com a qual também me envolvi em parte de minha trajetória acadêmica. Enquanto muitos consideram território sinônimo de espaço (Milton Santos, por exemplo<sup>6</sup>), prefiro reservar o conceito de território num sentido mais restrito, como uma das perspectivas de abordar o espaço, sempre que este é focalizado a partir das relações de poder que o constituem. No caso dos espaços de memória, eles podem ser concebidos como território – ou, pelo menos, como territorialidade – no momento em que destacamos o poder simbólico embutido em sua construção. Assim, também “empoderamo-nos” pela simbolização que fazemos do espaço e, ao mesmo tempo, “somos empoderados” pela evocação que esses espaços de memória incorporam e que sensibiliza e reforça nossa construção identitária. Mais adiante comentarei esta outra distinção relevante, entre território e territorialidade.

Gostaria de tecer nesta introdução as linhas gerais e as bases primeiras do ambiente vivido e familiar que permitirão, ao longo do percurso, transmitir um pouco da minha interpretação pessoal sobre vínculos importantes que possibilitaram construir a condição de geógrafo. Geógrafo que se envolveu com problemáticas e conceituações tentando pensá-las com um olhar de algum modo próprio, o que resultou em algumas contribuições e na inserção em debates mais amplos em nível da Geografia brasileira e, hoje, também, fora do Brasil<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Nas palavras de Milton Santos: “Na verdade eu renunciei à busca dessa distinção entre espaço e território. (...) Eu uso um ou outro, alternativamente, definindo antes o que eu quero dizer com cada um deles”. (Santos, 2000:26)

<sup>7</sup> No âmbito latino-americano esse diálogo se propagou principalmente na Argentina (onde hoje faço parte do corpo docente de Programa de Pós-Graduação da UBA, fui professor visitante na Universidade de Tucumán, proferi palestras em Córdoba, Mendoza, Santa Fe, Santiago del Estero e Buenos Aires, onde também organizei evento e um livro em coautoria com Perla Zusman), na Colômbia (onde já participei de vários eventos e proferi minicursos e conferências em três universidades de Medellín), no México (onde

Identifico três concepções-chave ao longo da minha trajetória geográfica que, como “múltiplos territórios”, em sentido também metafórico, de uma forma ou de outra acabaram representando contribuições ao debate em nossa área: as concepções de **região** (especialmente na fase inicial de meu trabalho acadêmico, com ênfase à dissertação de mestrado, depois livro: “RS: Latifúndio e Identidade Regional”, mas também mais recentemente em “Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea”), **território** (sobretudo a partir de minha tese de doutorado, depois livro: “Des-territorialização e Identidade: a rede ‘gaúcha’ no Nordeste”) e **multiterritorialidade** (debate consolidado no pós-doutorado, com o livro “O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade”). Entrelaçado a essas noções encontra-se ainda o debate sobre **identidade territorial**, bem evidente no título dos dois livros resultantes de meus trabalhos de conclusão de mestrado e doutorado.

De alguma maneira, em primeiro lugar, a identidade regional gaúcha surge como questão relevante, vinculada à forte identificação de meu pai com o chamado tradicionalismo gaúcho. Depois, com as tantas migrações enfrentadas, múltiplos territórios foram se somando na minha história de vida e fizeram com que eu elaborasse, mais tarde, a partir dessa própria experiência concreta, o conceito de multi/transterritorialidade.

É interessante perceber que, desde pequeno, sem uma razão clara, até porque estava envolvido concretamente num ambiente geográfico bastante limitado, sentia-me atraído por espaços distantes e desde muito cedo a curiosidade por saber o que se passava em outros cantos do mundo se revelou muito forte, o que incluía o meu inusitado interesse por mapas. Aos seis anos de idade, mesmo morando na zona rural no interior de um pequeno distrito que depois viria a se emancipar, Mata, na

---

fui professor visitante na UAM, publiquei artigos e lancei meu livro “O mito da desterritorialização” em espanhol), no Uruguai (conferências), Cuba e Chile (apresentações em eventos). Foram estabelecidas interlocuções também com a Europa: França (professor visitante nas universidades de Paris VIII e Toulouse-Le Mirail, conferências e bancas de doutorado em Reims, Poitiers, Pau e St-Rémy, verbete em Dicionário de Geografia, consultoria no CNRS, artigo na revista *Géographie et Cultures*, capítulo de livro), Portugal (eventos e conferências em Lisboa, Porto, Coimbra, Mirandela e Guarda, comitê editorial da revista *Finisterra*, verbetes em Dicionário de Geografia), Inglaterra (professor visitante na Open University, conferências em Londres e Milton Keynes, capítulo de livro), Alemanha (conferências em Tübingen, Heidelberg, Jena, Leipzig, Bayreuth e Hamburgo, intercâmbio com a Univ. de Hamburgo) e Espanha (conferência em Santiago de Compostela e intercâmbio com colegas de Barcelona).

região central do Rio Grande do Sul, meus parentes e algumas visitas se divertiam me convidando a subir num banquinho e “discursar” sobre cidades e países distantes. Um tema recorrente era o Rio de Janeiro e o Pão de Açúcar, conhecido através de capas de “folhinhas”, os calendários da época. A partir dos sete anos passei a pedir como presente de aniversário e Natal lápis de cor e cadernos com paisagens na capa para neles (re)desenhar mapas e descrever diferentes regiões do mundo.

Quando, há pouco tempo, como contribuição para este memorial, recebi de minha amiga e ex-pós-doutoranda Maria Lúcia de Oliveira, professora do Departamento de Educação da UFF, este belo poema de Thiago de Melo, não houve como não pensar nessa paixão prematura pela Geografia:

*Na fogueira do que faço  
por amor me queimo inteiro.  
Mas simultâneo renasço  
para ser barro do sonho  
e artesão do que serei.  
Do tempo que me devora  
me nasce a fome de ser.*

Sintomaticamente, o poema se chama “Memória da Esperança” e esse trecho revela, de certo modo, a forma com que sempre, com intenso envolvimento, encarei a geografia. “Do tempo que me devora, me nasce a fome de ser” traduz um pouco, também, à medida que o tempo passava, a ansiedade (às vezes até a angústia) que me tomava na busca de uma alternativa para um mundo que muitas vezes me parecia por demais acanhado e opressor. Minha inusitada paixão pelos mapas e descrições de lugares e a leitura/escrita como “diversão predileta” me tornavam de certa forma um estranho em muitos ambientes onde transitava, em lugarejos rurais ou semi-rurais cuja condição urbana – ou “urbanidade” – não passava da concentração de uma ou duas mil pessoas, dentro da abrangente definição oficial de urbano como toda sede de distrito (“vila”) ou município (“cidade”).

No interior do Rio Grande do Sul, marcado por uma forte cultura de raízes patriarcais e machista, as barreiras do controle social eram ainda mais cerceadoras. Isso me leva a imaginar que também podemos discutir uma espécie de desterritorialização (conceito que mais tarde me será muito caro) em nível pessoal, quando também subjetiva e individualmente nos vemos como que



descontextualizados do espaço-tempo em que vivemos e ao qual, de início sem nenhuma possibilidade de escolha, fomos atrelados.

Grupo Escolar de Mata, desfile de 7 de Setembro de 1965, turma do 1º ano primário: a múltipla identidade brasileira, étnica e de classe (gaúcho, baiana, indígena, camponês, estudante – e o negro como fábula: Saci Pererê)



A mudança da zona rural – São José do Louro – para a vila de Mata veio acompanhada da minha entrada na única escola local, o “Grupo Escolar”. Embora diminuta, sem nenhuma rua calçada, a vila – que se emanciparia no ano seguinte – era servida por trem, minha grande fascinação, que amedrontava e seduzia ao mesmo tempo. O trem significava a conexão mais vigorosa com o mundo, a grande abertura para outras geografias, o vínculo com o desconhecido. Uma grande diversão era, do alto da colina, contar os vagões do trem. A chegada do “P”, o trem de passageiros, mobilizava o vilarejo.

Lembro bem minha primeira viagem de trem, na véspera do aniversário de seis anos, com meu pai, até São Pedro do Sul (onde eu havia nascido, mas permanecera poucos meses). Menos de 30 quilômetros que para mim constituíam uma enorme mudança, pois São Pedro era uma cidade pequena mas relativamente antiga (emancipação em 1926), com ruas calçadas, uma bela praça e igreja com estátua no alto da torre e, para completar, meus tios e padrinhos que ali residiam trabalhavam no bar do clube local, repleto de novidades. Lamentavelmente, contudo, era o ano da “revolução” de 1964, o golpe militar que mobilizara o exército na vizinha Santa Maria, cidade que abrigava à época o segundo contingente militar do Brasil, logo depois do Rio de Janeiro. Os boatos de “ameaça de guerra” nos fizeram retornar mais cedo para casa.

Apesar de minha mãe ser proveniente de uma família protestante, luterana, o catolicismo de meu pai, como era de praxe, foi a corrente religiosa que se impôs à família após o casamento. Lembro o estranhamento, para mim, ao frequentar, ocasionalmente, com uma tia, a igreja luterana, de paredes completamente brancas, “sem santos”. Fiz a “primeira comunhão” aos 7 anos de idade e compareci a uma reunião convocada pelo pároco com jovens voltados à “vocação sacerdotal”. O

seminário, para lugarejos rurais ou quase rurais como aquele, localizado num centro regional da Campanha, Bagé, era a grande oportunidade para garantir educação gratuita e o prosseguimento dos estudos, já que em Mata só havia ensino até a 5ª série. Lembro da enorme frustração quando o padre me considerou muito criança para decidir sobre o sacerdócio, deu-me um livreto ilustrado sobre a vida no seminário e mandou-me de volta pra casa.

Minha família mudou de casa três vezes em quatro anos e, embora as distâncias fossem curtas e as localidades não se diferenciavam muito, essa micro-migração me marcou muito, pois a pequena distância de menos de 100 km representava a saída da região florestal-agrícola, minifundiária, de colonos ítalo-germânicos da Serra para a região pecuarista de grandes propriedades campestres e povoada originalmente por descendentes de portugueses da Campanha Gaúcha (regionalmente conhecidos como “pelo-duros” – termo que, surpreendentemente, não era considerado pejorativo). Essa distinção vinha representada na própria relação entre minha mãe, descendente de alemães (meu tataravô, proveniente de Hamburgo, fora o primeiro pastor protestante na fundação de Novo Hamburgo, em 1824), e meu pai, descendente de portugueses açorianos. Eles se conheceram justamente num espaço que marcou a relação socioeconômica mais forte entre esses dois grupos: as várzeas irrigáveis da Campanha, onde descendentes de imigrantes da Serra passaram a arrendar terra dos latifundiários pecuaristas para plantar arroz.

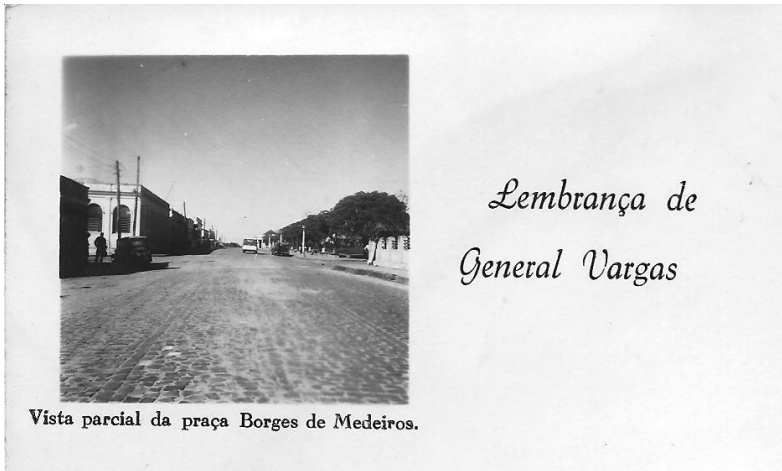
Uma grande frustração de meu pai era eu e meu irmão não nos envolvermos com ele nas “lides campeiras”. Autoritário e com um severo e muito próprio senso de justiça, meu pai era um típico representante da cultura gaúcha “campeira”, e nossa reação, como que negando a vida do campo, ele sempre condenou. Relutou muito em mudar para uma cidade maior para que pudéssemos estudar. Minha mãe que, ao contrário, sempre gostou de ler e estudar mas não teve a oportunidade de ir além da 3ª série (costumava dizer que havia aprendido na escola rural tudo o que a professora sabia) é quem nos estimulava para que trilhássemos outro caminho. Não eram raras as reações enérgicas e mesmo violentas de meu pai a uma resposta contrária a comandar uma carreta e uma junta de bois ou a colocar os arreios e fazer um percurso a cavalo. Aos seis anos eu já tinha a tarefa, todas as tardes, de buscar o terneiro no campo, o que pra mim representava uma provação, pois era comum o

bezerro sair em disparada e eu, para a indignação de meu pai, chegar em casa chorando porque não havia logrado o intento.

Minha identificação, definitivamente, não era com o ritmo e a tranquilidade do campo que meu pai tentava, a muito custo, nos prescrever, mas com o burburinho dos centros urbanos – mesmo que uma cidade “de verdade”, como a vizinha Santa Maria, fosse apenas alcançada nas férias a partir de uma muito esperada viagem de fusca proporcionada por um tio que ali residia. Foi numa dessas viagens que assisti meu primeiro filme no cinema, “A Noviça Rebelde”, em 1965. Em casa, inovações tecnológicas como luz elétrica e rádio só chegariam por volta dos sete anos de idade. Desenhava-se assim, gradativamente, ao longo da infância, uma nova geografia, sem dúvida, para mim, muito mais múltipla e estimulante.

Enquanto isso, a mudança da Serra para a Campanha fora em busca de terra para criação de gado, grande sonho de meu pai. A propriedade que comprou, próxima ao rio Ibicuí, tinha uma sede muito precária (casa de sapé e chão batido), e necessitava investimentos – especialmente cercas – que o obrigariam pouco depois a vendê-la, endividado com o banco. Minha mãe e minha irmã menor (que, na chegada, se negou a entrar na casa), ficariam ali alguns meses, enquanto eu, sozinho em casa de estranhos, terminava o 2º ano primário em Mata. Foi pouco tempo, mas representou uma experiência marcante, longe da família aos oito anos de idade.

Com o início do novo período letivo, alugamos uma casa na cidade de General Vargas (que em 1969 mudaria o nome para São Vicente do Sul). Como ali, mesmo precário, havia curso “Científico” (2º Grau/Ensino Médio), minha irmã e meu irmão mais velhos, que moravam com meus avós paternos em Santa Maria, voltariam para nossa casa. Para eles, uma grande perda em termos escolares, já que estudavam em uma ótima escola pública. Mesmo no início da adolescência, eles começaram a trabalhar – minha irmã como balconista numa livraria e meu irmão vendendo passagens na estação rodoviária. Eu, mesmo com nove anos, também consegui um trabalho como vendedor de revistas a domicílio.



Sair da recém emancipada Mata para a centenária mas também pequena e conservadora São Vicente do Sul (então com cerca de 2.500 habitantes urbanos), representou dispor de um ambiente intelectual um pouco menos improvisado, proporcionando-me, assim, uma biblioteca e um maior acesso à informação. Com o trabalho de revisteiro a domicílio também me informava lendo algumas das revistas que vendia. Uma das táticas de venda era entrar nos ônibus estacionados na estação rodoviária. Foi assim que consegui minha primeira “correspondente”, uma argentina que, para a minha sorte, trabalhava numa agência de viagens e passou a me enviar mapas e folhetos de diversas cidades e países, que eram aguardados sempre com grande expectativa.

Continuando a preencher cadernos com mapas e descrições de países, escrevi manualmente uma espécie de almanaque mundial, que foi exposto na biblioteca da escola. O professor de Geografia do 1º ano do então Ginásio (hoje correspondente à 5ª série, pois na 4ª realizei o então temido “exame de admissão”) convidou-me para um concurso (somente eu como candidato...) em plena praça pública da cidade durante a Semana da Pátria, onde até o prefeito e o pároco locais formulavam perguntas. Ganhei como prêmio um dicionário de quatro idiomas ilustrado com mapas e entrada grátis para o cineminha local por dois anos. Lembro que isso me fez ficar conhecido por muita gente, mas a sensação era a de ser percebido como alguém meio “fora do lugar”, que vivia na biblioteca ou enfiado nos livros.

A paixão pela Geografia continuou se fortalecendo e a nova e decisiva mudança para Santa Maria, cidade média de mais de cem mil habitantes, sede da primeira universidade pública do interior do país, fundada em 1960 e, à época, um grande

centro militar (estrategicamente posicionado em equidistância das fronteiras do Uruguai e da Argentina), foi decisiva para minha percepção de um novo espaço e de novas perspectivas de vida. Ali também, logo após a chegada, participei de vários concursos sobre Geografia (através de um programa chamado “Música e Cultura” da rádio Imembuí, uma das principais emissoras locais), cujo prêmio era um determinado valor para gastar numa loja de roupas da cidade. Foi aí que me deparei com a riqueza da Geografia “tradicional” dos livros didáticos de Aroldo de Azevedo, que eram indicados para leitura pelo programa.

Ao contrário de muitos outros em condição financeira semelhante à minha, tive muita sorte. Primeiro, por termos convencido meu pai a, mesmo sem emprego, migrar para Santa Maria (onde mudamos de bairro cinco vezes em oito anos), a fim de proporcionar estudo aos seus quatro filhos (os dois mais velhos já prestes a entrar na universidade). Em segundo lugar, por conseguir estudar em boas escolas públicas, que a essa época o interior do Rio Grande do Sul proporcionava. Durante o meu segundo grau, num dos melhores colégios estaduais da cidade, também tive o privilégio de poder cursar a “habilitação plena” (ensino profissionalizante) de “Tradutor e Intérprete”, com muitas aulas de Inglês, redação e literatura, que se revelariam de grande valia anos depois.



Santa Maria, 1974 (fotos do autor)

Desse histórico geográfico familiar durante a infância creio que posso falar em duas consequências:

- o grau muito maior de dificuldades a serem enfrentadas e superadas para a afirmação intelectual-acadêmica para quem pertence às classes mais baixas e o

papel da boa educação pública nesse resgate das camadas subalternas, às vezes como único mecanismo para alcançar uma condição social mais autônoma;

- as inúmeras mudanças de residência me fizeram acolher, de certa forma, com relativa naturalidade, a condição de migrante – uma espécie de “mutante” – muito provavelmente um forte estímulo para meu debate futuro sobre a condição de uma “desterritorialização territorializadora”, construindo a partir de seus territórios-rede uma multiterritorialidade.



A boa escola pública: turma de “Tradutor e Intérprete” (2º Grau) em visita ao campus da UFSM

O quanto um ambiente social e geográfico (termos que, bem sabemos, podem ser redundantes) representa condição básica na trajetória de indivíduos ligados às classes subalternas às vezes só é devidamente percebido quando se descrevem determinadas situações concretas. Algum esforço pessoal, é claro, deve ser considerado mas, além do fato de, em se tratando de subalternidade, ele obrigatoriamente ser muito mais árduo, as condições do que podemos, simplificaradamente, denominar de “ambiente social e geográfico” é decisiva, sobretudo as oportunidades favorecidas pelo Estado em termos de ensino público de qualidade e empregos e/ou bolsas como garantia de alguma remuneração.

Lembro-me da enorme queda do meu aproveitamento escolar durante o curto período em que, com 14 anos de idade, trabalhei como empacotador numa loja de tecidos da cidade. Ganhando meio salário mínimo, além de trabalhar como

empacotador era obrigado a lavar a loja depois do expediente e, fora do horário comercial, entregar cobertores, a pé, em bairros distantes. Minha irmã, balconista durante todo o ensino médio, sofreu muito com isso e, muitas vezes, teve seu rendimento escolar bastante comprometido. Vendo hoje outros que passaram ou ainda passam por situações semelhantes, mas com muito mais tempo de trabalho e sem acesso a boas escolas públicas, percebo o quanto lhes é exigido no sentido de tentarem “recuperar” o que não conseguiram lograr durante a formação escolar básica. Muitas vezes se trata de uma luta inglória, pois são obrigados, sempre, a comprometer a maior parte do tempo em que poderiam estar novamente estudando, com trabalhos extenuantes e repetitivos que pouco representam para a melhoria de situação de vida no futuro.

Sob as condições que enfrentei, posso dizer que contei ainda com alguma parcela de sorte. A atração pela Geografia – e, com ela, pelas alternâncias e a diferenciação de espaços – só tendia a crescer. A biblioteca pública na praça central de Santa Maria foi durante vários anos o meu refúgio predileto. Sábados ali eram sagrados. Na impossibilidade de realizar grandes viagens, viajava por mapas e enciclopédias (Georama era a preferida). Numa família grande, de 14 tios e inúmeros primos, felizmente pude contar também com a ajuda de parentes distantes: uma prima de Criciúma, em Santa Catarina, patrocinou minha primeira viagem para conhecer o mar, sozinho, aos 11 anos (com troca de ônibus em Porto Alegre); um primo que se aventurou a trabalhar numa companhia de navegação no exterior e foi parar na Suécia pagava os fascículos de minha coleção de Geografia Ilustrada e, de vez em quando, verdadeira festa, me presenteava pelo correio com um número da *National Geographic*, cujos ricos suplementos cartográficos eram reverenciados como um troféu. Nesse circuito de presentes é importante acrescentar também outro, fundamental na minha formação: já no início do ensino superior, aos 18 anos, escrevendo ao IBGE, fui presenteado com uma coleção de dezenas de exemplares do Boletim Geográfico e da Revista Brasileira de Geografia, sem dúvida a oferta intelectual mais bem-vinda de todas as que logrei receber.

Outra fonte básica, primária, de informação e que me proporcionou “viajar” por lugares os mais distintos (e distantes), fazendo uma espécie de conexão local-global, foram os correspondentes postais. Depois da amiga argentina e de uma chilena de Valparaíso (cujo anúncio li num jornal de Porto Alegre e que recentemente voltou a

fazer contato via Facebook), expandi amplamente o número de correspondentes ao colocar anúncio numa revista do Rio de Janeiro destinada ao público jovem e onde propunha “trocar selos, postais e mapas”. Cheguei a receber mais de 100 cartas e mantive cerca de 30 correspondentes durante vários anos, alguns deles do exterior, como Canadá (que depois me visitou em Santa Maria), Alemanha (que depois visitei em Nuremberg) e México. Essa foi a maneira que encontrei de, mesmo sem poder me deslocar fisicamente (e muito distante dos tempos de internet), “multiterritorializar-me”, de alguma forma, conhecendo outras culturas e preparando o terreno para contatos que puderam se materializar, tempos depois, com viagens de fato pelo Brasil e pelo mundo.



Visita do correspondente Angel Monzón, do Canadá: conexão local-global

Em síntese, essa foi minha “entrada”, na infância e na adolescência, no universo geográfico dos mapas e da descrição de lugares, regiões e países, que me levou a desenvolver uma genuína admiração pela Geografia – nem tanto a “ciência geográfica”, que eu ainda mal conhecia, através de mapas e descrições elementares, mas a geografia cotidiana, vivida, que tanto sensibiliza o senso comum através da simples curiosidade por saber o que se passa em outros cantos do mundo e do quanto é rica a diferenciação que des-organiza o espaço terrestre. Percorrendo mapas e em leituras sobre outros cantos do mundo percebi, por exemplo, o quanto nossa religião cristã representava apenas uma das diversas possibilidades de perscrutar a espiritualidade humana.



Na adolescência, mesmo participando por alguns anos de um grupo católico (“juventude franciscana”, pois tinha especial simpatia pelo santo dos pobres e que reverenciava a natureza), logo me questionei sobre o cristianismo ser tomado como “a única religião verdadeira”, diante de bilhões que nunca tinham ouvido falar em Jesus Cristo. Ser bom para ganhar um prêmio (e ainda mais, em outra vida) também não tinha como me convencer. Depois de algumas tentativas malogradas de investir no campo espiritual via Ordem Rosacruz e Budismo, acabei desistindo da empreitada. De alguma forma, porém, pude assim percorrer diversas outras histórias e outras geografias, descobrindo também o quanto há de solidariedade e sentido humano para além da vida religiosa intitucionalizada.

Essa multiplicidade de territórios que, concreta ou virtualmente, iam se sobrepondo na minha trama de vida, sem dúvida ajuda bastante a entender a força futura de minha percepção da multi ou mesmo transterritorialidade de tantos grupos sociais – alguns diriam até, da condição multiterritorial inerente à condição humana. Condição essa que, dependendo da situação econômica e cultural, não só permite vivenciar, concomitantemente, múltiplos territórios, como também oferece distintas – e profundamente desiguais – possibilidades de transitar entre territórios diferentes. De algum modo, desde pequeno, desconfortável com a territorialidade que me era colocada, estive em busca de um Outro espaço, e esse outro, eu descobriria ainda na adolescência, na verdade, era parte de mim mesmo. A desterritorialização que vivíamos com tanta mudança de residência era experimentada também subjetivamente: meu território era múltiplo, e Santa Maria seria apenas o começo de uma longa trajetória de busca e trânsito por múltiplas territorialidades.

## II. DILEMAS DA FORMAÇÃO ACADÊMICA: LEGADO E QUESTIONAMENTO DE UMA GEOGRAFIA “TRADICIONAL”

Ao definir meu ingresso na universidade, não tive dúvida em optar por Geografia, apesar das demandas em contrário (“faça Engenharia”, “Medicina é que dá dinheiro”). Não posso negar, entretanto, que chegou a haver uma segunda opção, pois por momentos, juntamente com a Geografia, pensei em cursar Jornalismo. Durante alguns anos organizei um jornalzinho mimeografado no quarteirão em que morávamos (e onde dirigia o informal “Clube da Quadra”) e, mais tarde, já na universidade, escrevi algumas crônicas geográficas no principal diário da cidade (“A Razão”) e dois artigos no então principal diário de Porto Alegre, o *Correio do Povo*.

A propósito, meu ingresso no universo das crônicas do diário “A Razão”, de Santa Maria, já ao final do curso de graduação, é uma história curiosa. Começou com a publicação de uma crônica de Orlando Fonseca denominada “O geógrafo” onde, entre realidade e ficção, ele traçava um quadro de um colega da “terceira série do ginásio” (hoje 7ª série) chamado... Rogério. Era um relato ao mesmo tempo elogioso (“humilde”, “honesto”, com grande conhecimento) mas também severo (“caladão”, individualista, algo vaidoso e que não revelava a verdade sobre suas posses). Apesar desses traços contraditórios, parcialmente inventados, não houve entre meus conhecidos quem não associasse o personagem comigo. Resolvi então escrever ao cronista, de quem, passada uma década, não mais me recordava.

Depois do nosso reencontro, Orlando Fonseca escreveria nova crônica, “O outro geógrafo”, em que comentava as mudanças da Geografia e do seu personagem: “Este geógrafo que me procurou tem uma visão amadurecida, [...] respeitável em relação à Geografia. E sem os estereótipos da ‘decoreba’... [aquele] era um boa praça; o Rogério, formando do curso de Geografia, também o é; aquele [na ficção de sua crônica], era um pequeno-burguês, cercado de benfeitorias este, é um dos operários da classe magisterial, com as mesmas necessidades, ansiedades e ideais dos seus colegas”<sup>8</sup>. A partir daí ele abriria sua coluna, convidando-me a publicar meus próprios escritos.

---

<sup>8</sup> FONSECA, O. 1980. “O outro geógrafo”. *A Razão*. Santa Maria, 16 set. 1980.

A primeira publicação, denominada “Revendo a função da Geografia”, era uma crítica ao ensino básico ainda pautado na descrição e na memorização, defendendo que o aluno “não apenas cite e localize, restringindo-se em suas explicações a banais correlações tautológicas entre o homem e o meio” mas que “PENSE geograficamente” (grifo do original), que “relacione fatos, deduza, aponte até soluções, se possível”. “Para isso deve-se lançar mão das verdadeiras causas que levam os homens a organizar o espaço, ou seja, se estamos em um sistema capitalista ou socialista, se estamos num mundo desenvolvido ou subdesenvolvido, e quais as implicações disso tudo. Só aí residem as explicações que dão conta da totalidade dos fatos”<sup>9</sup>. Depois ainda escrevi “Geógrafos sem prática”, criticando nosso curso, “Nossos Rios: os grandes esquecidos” (duas crônicas), sobre o menosprezo da política de transportes à navegação fluvial, e “Censo & Contra-Sensos” (duas crônicas), em que analisava os resultados do censo de 1980 para o Rio Grande do Sul e os problemas da migração e da concentração da terra<sup>10</sup>.

Vem daí, com certeza, meu interesse por crônicas, que até hoje é um hábito durante minhas viagens e que planejo, em breve, reunir numa publicação. Creio que através delas consigo de forma mais direta superar a dicotomia subjetivo-objetivo, recheando de experiências vividas a minha interpretação intelectual e não me pautando por regras estritas do discurso acadêmico para, ainda assim, fazer geografia (com minúscula, pouco importa).

A Geografia que recebi em minha formação básica na Universidade Federal de Santa Maria, na segunda metade dos anos 1970, em pleno ensaio para a saída da ditadura militar, foi basicamente uma Geografia tradicional e amplamente descritiva. Mas, pautado numa herança “enciclopédica” (ao memorizar as capitais, a localização e o desenho dos diferentes países do mundo), essa Geografia, quando em descrições minimamente “densas” (para usar, de outro contexto, a terminologia de Clifford Geertz), eu não condenava. O que me indignava eram professores que, como a esposa e a filha do reitor (que, para infelicidade nossa, resolveram ser professoras de Geografia), eram mestras sem envolvimento pessoal (“paixão”) pelo que faziam e cuja descrição era tão elementar e desconexa que suas aulas se transformavam num exercício de enorme paciência e comisseração. Chegou a “virar lenda” o mês inteiro

---

<sup>9</sup> HAESBAERT da Costa, R. 1980. “Revendo a função da Geografia”. *A Razão*, 1º Out. 1980.

<sup>10</sup> HAESBAERT da Costa, R. 1980. “Censo & Contra-Sensos”. *A Razão*, 27 Nov. 1980.

de leitura em sala de aula da carta de Pero Vaz de Caminha na disciplina de Geografia do Brasil.

Alguns professores, entretanto, como os de Geomorfologia (o geógrafo e exímio desenhista Ivo Muller Filho) e Geologia (o geólogo Pedro Luiz Sartori) foram marcantes. A tal ponto que nos primeiros anos, como geralmente ainda ocorre hoje com alunos que se deparam com currículos cuja carga inicial é mais forte na Geografia Física, minha inclinação maior era por essa área. Já no segundo semestre do curso assumi a monitoria de Mineralogia e Petrografia, o que me levou, mais tarde, a ser convidado pelo professor Pedro para um inesquecível trabalho de campo com coleta de amostras de rochas em todo o planalto catarinense, de Chapecó, no oeste, a São Joaquim, no leste do estado. Nesse trabalho ele confirmou sua tese de que os últimos derrames de lava do planalto meridional eram ácidos, dando origem a uma rocha distinta do basalto e que ele denominou “granófiro”.

Também graças a essa formação uma das primeiras disciplinas que ministrei no ensino superior (na FIC – Faculdade Imaculada Conceição, hoje UNIFRA, em Santa Maria) foi Mineralogia. Um currículo que em nada parece se relacionar com as linhas de pesquisa que segui logo depois, mas que marcou de tal modo a minha formação que a isso delego a constante preocupação em não dicotomizar sociedade e natureza, Geografias Física e Geografia Humana. Isso já estava evidente em um de meus primeiros artigos, “Pela unidade da Geografia”, publicado no diário *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em 1979, e onde eu afirmava:

*... sinto-me na responsabilidade não de atentar para uma “nova geografia”, cujo próprio sentido de “nova” é duvidoso, mas de defender seu caráter fundamental (...): a geografia como síntese, (...) de unificação das características fisionômicas e de relação no espaço em que se desenvolvem as atividades humanas. (...) ciência que nunca poderia estar seccionada, como está hoje, em trabalhos “físicos” e “humanos”, como se fazer geografia fosse trabalhar em Geografia Física ou Geografia Humana [grifo no original]. Afinal, o que visam nossos estudos geográficos senão a síntese, a visão global de tudo aquilo que contribui para a explicação de um ambiente, tal como é, e possibilitando prognosticar seu quadro futuro, com base também em etapas passadas?*<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> HAESBAERT da Costa, R. 1979. “Pela unidade da Geografia”. *Correio do Povo*, 17 Ago. 1979. Condenava ainda a excessiva especialização do geógrafo: ... num mundo de avassaladora especialização como o nosso, o geógrafo, que nunca foi um ‘especialista’, e está aí seu grande mérito, quer tornar-se simplesmente “geógrafo urbano”, “geógrafo agrário”, ou mesmo geomorfólogo ou climatologista. Talvez esses títulos sejam uma simples fuga para a conquista de posições financeiramente mais promissoras, pois um cientista ou técnico do global, na nossa

Eram tempos complicados, politicamente turbulentos, com o início da “abertura”, e geograficamente agitados, com a disputa entre uma Geografia quantitativa de matriz neopositivista, dita também pragmática, por suas intenções planejadoras, e uma Geografia crítica de matriz marxista, recém chegada ao contexto brasileiro. Em Santa Maria, de certo modo uma “periferia distante”, ainda dominada por uma Geografia “tradicional” e descritiva, eu vivia um duplo dilema. Difundida desde o final dos anos 1960 no Brasil, especialmente na UNESP-Rio Claro, no IBGE e na UFRJ (onde ainda em 1982 fui obrigado a fazer provas de Matemática e Estatística para ingressar no mestrado), a chamada Geografia quantitativa só apareceria no final do curso de graduação e a novata Geografia crítica marxista simplesmente, ali, não existia. Revoltado com as condições de nosso curso de bacharelado, escrevi:

*Quando este foi criado (sem considerar as restritas oportunidades de trabalho), a seção de Geografia de nosso Departamento [de Geociências] não possuía um único professor pós-graduado – daí pode-se concluir facilmente quão difícil seria formar “pesquisadores”, com um ensino completamente [...] alienado da realidade prática.*

*A própria assimilação de novas tendências em Geografia demoraria tanto a alcançar-nos, que a chamada “revolução quantitativa”, por exemplo, terminada no início da década de 1960 nos Estados Unidos (segundo Ackermann), só chegou a ser transmitida aqui por volta de 1979, e por docente contratado de outra instituição [Dirce Suertegaray, da Unijuí]<sup>12</sup>.*

O ingresso na primeira turma do curso de bacharelado (curiosamente denominado “curso de Geógrafo”, como constava até na pasta vendida pelo Diretório Acadêmico) deu-se após novo exame vestibular, depois de já ter cursado um ano de licenciatura. A conhecida hesitação dos cursos de Geografia, Brasil (e mundo) afora, entre as áreas (Faculdades, Institutos ou Centros) de Ciências Humanas e Exatas/Naturais chegou ao extremo, na UFSM, de colocar-se o curso de bacharelado num Centro (o de Ciências Matemáticas e da Natureza como ocorre, por exemplo, com o curso de Geografia da UFRJ) e o de licenciatura em outro (Filosofia e Ciências Humanas, como, por exemplo, o curso de Geografia da USP).

---

*sociedade, parece profissionalmente desvalorizado. Quem sai perdendo com isso é a ciência, e o próprio meio social, onde um planejador ou simples crítico com visão relativamente geral da realidade estática e de relação é cada vez mais uma raridade. (...) Podemos dar ênfase a um determinado aspecto, sem contudo perder o caráter geográfico geral, que é o espacial, onde o homem e o meio de alguma forma estejam considerados em conjunto. (grifo no original)*

<sup>12</sup> HAESBAERT da Costa, R. 1980. “Geógrafos sem prática”. *A Razão*, 29 Out. 1980.



O contexto político da época também merece ser comentado, principalmente porque estive envolvido diretamente com a política estudantil, presidindo um Diretório Acadêmico. A política altamente conservadora do período militar fazia com que a grande maioria do movimento estudantil, principalmente em universidades interioranas como Santa Maria, fosse cooptado pela “Arena”, o partido governista (em seu quase sempre fictício contraponto com o “MDB”, que assegurava a máscara democrática do regime). De maneira inicialmente um tanto ingênua, e praticamente sem visão crítica do que se passava, já que meus correspondentes e a Geografia marxista só modificariam de fato minha consciência política a partir do terceiro ano da graduação, assumi, em 1978, a presidência do Diretório dentro de uma função eminentemente assistencialista, produzindo material e organizando eventos para os estudantes.

A cooptação era tamanha que os presidentes dos diretórios acadêmicos e alguns de seus secretários tinham como um compromisso obrigatório, no início de suas gestões, uma viagem a Brasília. Elaborava-se um projeto e um orçamento vinculado a atividades acadêmicas e assistenciais, a ser entregue diretamente ao ministro da Educação, na capital federal. A viagem, de ônibus, era patrocinada pelo então deputado federal santa-mariense Nelson Marchezan (depois presidente da Câmara de Deputados no governo João Figueiredo). Na audiência com o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, aproveitei para defender a então almejada regulamentação da profissão de geógrafo (conquistada pouco tempo depois) e, com o ministro da Educação, Nei Braga, a ampliação do Crédito Educativo (criado na sua gestão, e que me foi de grande valia<sup>13</sup>).

Um dos colegas – que depois eu identificaria como um dos estudantes politicamente mais articulados com a sessão do Serviço Nacional de Informações (SNI) da universidade – também conseguiu, na última hora, uma audiência com “um

---

<sup>13</sup> Já no segundo semestre do curso de graduação, ao mesmo tempo em que recebia pela monitoria, consegui, além do acesso ao crédito educativo, trabalhar pela Caixa Econômica Federal no atendimento aos alunos interessados no Programa, após ter realizado estágio preparatório em Porto Alegre. Para completar, durante alguns anos fui, nas horas vagas, entrevistador de opinião pública do Instituto Gallup, posto através do qual acabei conhecendo as diversas periferias da cidade.

tal” (na minha total ignorância) chefe da Casa Civil da Presidência da República, em pleno Palácio do Planalto. Tratava-se nada menos que uma figura-chave do regime militar, o general e geopolítico Golbery do Couto e Silva, um dos formuladores da política de segurança nacional da ditadura e um dos fundadores do SNI, mas que, à época, no governo Geisel, passava também a ter papel decisivo no projeto de “abertura lenta, gradual e segura”, contrário que era à linha mais dura do regime. Mais preocupado em buscar informação sobre bolsas para estudantes em embaixadas como a da França e Alemanha, e andando a pé pela imensidão da Esplanada, acabei chegando atrasado à audiência, a tempo, apenas, de tomar um copo d’água, falar rapidamente da nossa luta pela regulamentação da profissão (ignorando sua formação geopolítica) e ouvir as últimas loas de alguns colegas ao general. Pelo menos a visita me levaria, algum tempo depois, a comprar e ler criticamente o seu famoso livro “Geopolítica do Brasil”.

Além dessa vivência na Capital Federal, essa mesma viagem, desdobrada depois por minha própria conta (parando em casa de amigos que até então só conhecia por carta), representou meu primeiro contato com o Nordeste brasileiro e com o Rio de Janeiro. A viagem de ônibus Brasília-Salvador, realizada em estradas precárias, eu reproduziria parcialmente na introdução do livro fruto de meu doutorado, quinze anos depois. Jamais poderia imaginar que o oeste baiano se transformaria em meu objeto central de pesquisa.

O fascínio pelas viagens, quaisquer que sejam, por lugares diferentes, faz parte do meu envolvimento, desde a infância, com uma espécie de “heterotopia” que mais tarde fui descobrir, primeiro em Foucault, depois em Lefebvre – na verdade este antecedendo àquele em termos de proposição. Para Lefebvre, em sua teoria do “espaço diferencial”, comentada em “A Revolução Urbana”, a heteropia é “o outro lugar e o lugar do outro, ao mesmo tempo excluído e imbricado”<sup>14</sup> (p. 120) – e que, ele fazia questão de enfatizar, não era representada pela separação, pela segregação que, mesmo lado a lado, distancia, e sim pelos contrastes, superposições e justaposições. Para o autor, as diferenças e a heterotopia, condizente com minha atração pelas cidades, referia-se basicamente ao urbano, pois “as diferenças que

---

<sup>14</sup> LEFEBVRE, H. 2004 (1970) *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

emergem e se instauram no espaço não provêm do espaço enquanto tal, mas do que nele se instala, reunido, confrontado pela/na realidade urbana” (p. 117)

Como lugar de encontro e sobreposição de diferenças, dirá Lefebvre, “todo espaço urbano teve um caráter heterotópico em relação ao espaço rural” (p. 117). Para uma criança e adolescente como eu, morador do campo e de embriões de cidades, as diferenças, contudo, brotavam de uma apropriação do espaço em que era impossível segmentar a diferença que o próprio espaço dito natural fazia, “produzia”, e a diferença mais estrita dessa perspectiva urbana lefebvrea. O espaço, em maior ou menor grau de urbanidade, para mim, até hoje, é um “potencializador de diferenças” – o espaço geográfico, em seu mais amplo sentido, efetivamente, “faz diferença” – ou melhor, *pode* fazer diferença, dependendo da sensibilidade e do “afeto” (a capacidade de afetar e ser afetado) de cada um de nós.



As rápidas mudanças políticas no decisivo ano de 1978 no Brasil contribuíram para uma verdadeira reviravolta na minha consciência política. Um dos marcos fundamentais dessa mudança foi minha ida ao III Encontro Nacional de Geógrafos, em Fortaleza, em meio a muitas dificuldades (dinheiro emprestado do avô – que



depois me cobraria com juros e correção, quatro dias de viagem e apoio em casa de correspondentes). Ali, o momento mais aguardado era o do retorno de Milton Santos ao país, depois de muitos anos de uma espécie de autoexílio no exterior. A mesa-redonda que ele dividiu com Maurício Abreu, representante de outra linha teórica, a geografia quantitativa de matriz norte-americana, tornou-se até hoje um momento emblemático da Geografia brasileira. Maurício, que depois se tornaria meu professor no mestrado e um grande amigo, assim se referiu em relação a esse encontro:

*A mesa redonda foi uma experiência que jamais esqueci. Ao contrário de Milton, que era ovacionado a cada ataque que fazia à ditadura cambaleante, que era aplaudido a cada crítica que fazia ao neopositivismo ou ao establishment geográfico, que levava a plateia ao delírio com seu discurso engajado, marxista, até pouco tempo atrás impensável de ser proferido numa universidade sem perseguição política ou mesmo encarceramento, tudo o que recebi da multidão foi silêncio e indiferença. De alguns recebi inclusive o rótulo de "reacionário", e mesmo de "imperialista". Embora não concordando de forma alguma com isso, não havia clima para retrucar. A festa era de Milton e não minha. Ao invés de brilhar, fui eclipsado. Até hoje admiro, entretanto, a coragem que tive ao enfrentar aquela multidão. E continuo gostando muito do trabalho que apresentei naquela tarde<sup>15</sup>.*

Somente para enfatizar o caminho das mudanças, o trabalho que apresentei no curso de Maurício no mestrado da UFRJ, quatro anos depois, foi justamente sobre “imperialismo”. O Encontro de Fortaleza também me proporcionaria a leitura da cópia clandestina de “A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, de Yves Lacoste, fotocopiada e distribuída durante o evento por estudantes da Universidade Federal Fluminense. Na verdade era um processo que tinha raízes mais antigas. Durante alguns anos vivi a contradição do ocultamento pela mídia do que se passava no país, especialmente para quem vivia no interior e sem acesso aos raros jornais e revistas de oposição, associado a uma avalanche de publicações governamentais (algumas gratuitas, como a revista “Rodovia”, da qual me tornei assinante) e as poucas informações críticas recebidas – no meu caso, pelo correio, através de meus correspondentes no exterior (com envelopes que de vez em quando chegavam violados).

Além de meu primo que trabalhava no exterior e enviava reportagens publicadas na Europa, um correspondente mexicano me brindava regularmente com escritos do exilado Francisco Julião, um dos maiores incentivadores das Ligas Camponesas no

---

<sup>15</sup> Fonte: Memorial (inédito) de Maurício de Almeida Abreu para o concurso de professor Titular na UFRJ em 1997.

Nordeste, publicados em jornais daquele país. Também contribuiu para minha conscientização política uma aquisição fundamental àquela época: um rádio de ondas curtas. Com ele ouvia todas as noites, até tarde, noticiários das rádios Deutsche Welle, Central de Moscou e Rádio Pequim, todos com programas emitidos em português para o Brasil. Sem as facilidades da mobilização via internet, a “subversão” se dava através do esforço, nem sempre fácil, da sintonia em ondas curtas.

Com a chegada da verba para os Diretórios Acadêmicos (em montante bem inferior ao solicitado) e percebendo com mais clareza os diversos interesses envolvidos, inclusive por alguns de meus “secretários”, afastei-me da diretoria e dediquei-me ao aprofundamento das leituras no rumo de uma Geografia mais criticamente comprometida. Fortalecia-se, então, um grupo estudantil de oposição dentro da universidade, ligado à área de Ciências Agrárias. Como eu era monitor da disciplina de Petrografia para estudantes de Agronomia, o contato e a amizade com alguns deles, especialmente um estudante paraguaio, irmanado na crítica às nossas duas ditaduras, também contribuíram substancialmente para essa mudança.

Com relação à ruptura com a visão tradicional de Geografia veiculada pelo curso, resalto dois fatores principais: meu empenho em participar desses eventos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), fundamentais na minha formação extracurricular, e o contato com professores externos, alguns convidados especialmente para ministrar módulos de disciplinas do bacharelado que não encontravam docentes no nosso próprio Departamento, como “Geografia Teórica” (um dos nomes equivocados da Geografia quantitativa neopositivista) e “Geografia Aplicada”. A primeira foi ministrada por Dirce Suertegaray, uma de nossas raras professoras que cursavam pós-graduação (nesse caso, mestrado na USP), contratada como colaboradora já que estava vinculada também à Unijuí (universidade desde então reconhecida por posicionamentos críticos). Dirce, que depois foi também diretora da AGB, é hoje uma das mais reconhecidas pesquisadoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. “Geografia Aplicada” coube a geógrafos convidados, externos à Universidade Federal de Santa Maria, e que foram decisivos na minha formação, especialmente Aluizio Capdeville Duarte e Luiz Bahiana, geógrafos do IBGE-Rio de Janeiro. Destaque especial teve Aluizio Duarte, responsável depois, via correio, pela orientação de meu Trabalho de Graduação, a monografia de

conclusão de curso, relativa à delimitação da área central de Santa Maria. Ele havia realizado pesquisa, hoje referência relevante, sobre a área central do Rio de Janeiro e teve, depois, participação importante no debate que travei sobre a questão regional durante o mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Minha graduação não teria tido o resultado que teve, devo admitir, sem o empenho pessoal para acompanhar o que se fazia de novo na Geografia brasileira, revelado sobretudo nos encontros e cursos oferecidos pela Associação dos Geógrafos Brasileiros. Com base nessa herança, até hoje incentivo muito os estudantes a participarem de eventos desse tipo, fundamentais para fortalecer o espírito crítico e estimular a abertura para novos horizontes de pensamento. Os encontros e cursos promovidos pela AGB, tanto em nível nacional quanto estadual, foram, assim, imprescindíveis na minha formação acadêmica. Além do decisivo Encontro Nacional realizado em Fortaleza, já aqui mencionado, participei de outros eventos em São Paulo, em Porto Alegre e em Caxias do Sul.

Desde então a seção Rio Grande do Sul da AGB era muito atuante, com seus encontros estaduais regulares, seu Boletim Gaúcho de Geografia (onde publiquei alguns de meus primeiros trabalhos) e seus minicursos. Foi num desses encontros estaduais, em Caxias do Sul, que tive a oportunidade de conhecer e travar meu primeiro contato pessoal com Bertha Becker que, depois, seria minha orientadora de mestrado da UFRJ. Também foram importantes na ampliação de minha formação as disciplinas extracurriculares que cursei na condição de aluno especial após a finalização do curso, na UFSM, nas áreas de Urbanismo, Psicologia Social e Filosofia.

### **III. A RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA CRÍTICA, OS “GAÚCHOS” E A QUESTÃO REGIONAL**

Minha formação básica sem dúvida se deu muito mais no campo já sedimentado de uma Geografia bastante tradicional, de caráter mais empírico e descritivo, à qual de algum modo eu fora introduzido através dos concursos com base nos livros didáticos de Aroldo de Azevedo e em minhas leituras de publicações do IBGE dos anos 1950 e 1960 junto à Biblioteca Pública de Santa Maria. O questionamento, entretanto, quando de minha entrada na Universidade, começou assim que logrei acesso a eventos como o Encontro Nacional de Geógrafos de 1978, que se pautou como um tipo de fronteira na minha consciência geográfica. Ao mesmo tempo em que me deparava com autores, principalmente geógrafos ligados ao IBGE e à UNESP de Rio Claro, que abraçavam uma Geografia neopositivista ou quantitativa que eu praticamente desconhecia, tomava conhecimento da renovação crítica proporcionada pela Geografia de fundamentação marxista, representada principalmente pelas figuras de Yves Lacoste em sua “revolucionária” perspectiva de uma Geografia “para fazer a guerra”, e Milton Santos, o grande geógrafo brasileiro que retornava de uma espécie de exílio no exterior e que passara diretamente de uma Geografia mais empirista para uma Geografia comprometida com a transformação social e com os mais precarizados.

Tal como a posição política que se desdobrava em escala nacional, nos primórdios da abertura política de Ernesto Geisel, no mesmo ano de 1978, a Geografia também se abria para novas e muito mais críticas perspectivas. Críticas essas que perpassavam tanto uma dimensão mais político-ideológica, como em Yves Lacoste, ou conjugada com uma nova epistemologia materialista, como em Milton Santos, quanto uma dimensão mais estritamente epistemológica, como na chamada Geografia Humanística, em sua derivação, aqui, como Geografia da Percepção. Nesse sentido foi muito importante uma palestra a que assisti, em 1980, da professora Lívia de Oliveira, uma das pioneiras da Geografia da Percepção no contexto brasileiro. Também ficou nítida para mim a relevância dessa perspectiva mais subjetiva do espaço quando de uma crítica que foi feita a meu trabalho sobre a delimitação da área central de Santa Maria, no Encontro da AGB em Porto Alegre, em 1982. Um geógrafo paranaense, Lineu Bley, questionou-me, a partir de sua

perspectiva “humanística”, sobre o objetivismo de minha abordagem. Mesmo reconhecendo a importância da teoria que eu utilizava, destacou que ela ignorava a percepção dos próprios habitantes sobre o que poderia ser considerado como o “centro” da cidade.

O fato que representou efetivamente uma transformação no meu modo de ver a Geografia – e o próprio espaço vivido – foi a mudança de Santa Maria para o Rio de Janeiro, “com a cara e a coragem”, em 1982, para cursar o mestrado. Na verdade minha intenção inicial era cursar pós-graduação na Universidade de São Paulo – principalmente pela maior identificação com a linha teórica ali predominante, pioneira na derivação de uma Geografia “tradicional” para uma Geografia crítica de base marxista. Ao contrário das únicas duas outras instituições, à época, no Brasil, com pós-graduação em Geografia, UFRJ e UNESP-Rio Claro, que abraçaram o neopositivismo, a USP transitou como que diretamente das ricas “descrições densas” de uma Geografia de matriz francesa para uma Geografia crítica de base marxista – cuja herança pode ser reconhecida, por exemplo, ainda nos anos 1940-50, em um “historiador-geógrafo” como Caio Prado Júnior, um dos fundadores da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Minha recusa ao quantitativismo (associada à deficiência em Matemática, disciplina com a nota mais baixa no meu histórico de bacharelado), não escondia certa atração pelo planejamento urbano e regional ao qual muitas vezes a Geografia neopositivista aparecia associada (apesar do frequente teorismo, não é à toa que alguns a denominaram, como já comentei, “Geografia pragmática”). Isso me levou, por exemplo, depois de formado, a cursar a disciplina Urbanismo I e a realizar um minicurso – Análise Espacial no Planejamento Urbano – pela AGB-RS e um Estágio em Fotogrametria na Divisão do Serviço Geográfico do Exército, durante as férias, em Porto Alegre. A crônica em que criticava o curso de bacharel, “Geógrafos sem prática”, e que gerou um certo mal-estar quase às vésperas de nossa formatura, foi toda construída a partir da evidência de nossa precária formação em pesquisa e princípios de planejamento.

O trabalho de conclusão de curso, já comentado, sobre a delimitação da área central de Santa Maria, apresentado no Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Porto Alegre, faz parte dessa minha relação com o planejamento, à qual ainda

associo a primeira pesquisa desenvolvida no mestrado, em 1983, sob orientação de Milton Santos, avaliando o Projeto Rio e as remoções de moradores no Complexo de favelas da Maré, no Rio de Janeiro, que comentarei mais à frente.

A opção pelo mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, mesmo com seus temidos exames de Matemática e Estatística, deu-se em função, fundamentalmente, de dois fatores: a forma mais democrática de seleção – um concurso geral e aberto – ao contrário da USP, onde o ingresso era (e ainda é) feito diretamente com as vagas estabelecidas pelo orientador pretendido, e ter conhecido a geógrafa Bertha Becker durante o I Encontro Regional de Professores Universitários de Geografia, em Caxias do Sul, em 1981, e que me estimulou a candidatar-me ao mestrado da UFRJ. Como não conhecia pessoalmente nenhum professor de Geografia Humana da USP, mesmo após o contato com o professor Manoel Seabra, que na ocasião trabalhava com a questão regional (através do debate sobre a divisão territorial do trabalho), percebi que não seria fácil. Ele me fez a excelente indicação da leitura de Henri Lefebvre (ocasião em que adquiri “O direito à cidade”, “Do rural ao urbano” e “Lógica formal, lógica dialética”), mas percebi pela sua recepção que dificilmente conseguiria atender às suas expectativas – inclusive porque eu pretendia trabalhar não só com a região na perspectiva da divisão territorial do trabalho, mas também da identidade regional, tema pouco apreciado pelos geógrafos marxistas àquela época.

A escolha pelo tema da diferença regional e da identidade pode ser vinculado às minhas experiências vividas no interior do Rio Grande do Sul. Em primeiro lugar, percebendo o encontro entre duas visões de mundo, muitas vezes antagônicas, simbolizadas pelas geografias e histórias diversas de meu pai e minha mãe. Enquanto o primeiro representava o velho “gênero de vida” gaúcho-campeiro, identificado com a pecuária extensiva e o latifúndio e amplamente moldado pelas práticas do chamado tradicionalismo gaúcho, minha mãe carregava uma herança imigrante da “Serra” minifundiária, pautada na “ética protestante” da ascensão social pelo trabalho, principalmente o trabalho agrícola (conjugado, também, em maior ou menor grau, ao estudo<sup>16</sup>).

---

<sup>16</sup> Embora minha mãe não tivesse cursado mais do que a 3ª série primária, nem por isso seu pai deixava de reconhecer a importância de uma boa formação escolar, que só não lhe havia concedido, dizia, porque não tinha condições de proporcionar a mesma educação a todos os seus 11 filhos.

Em segundo lugar, acredito que essa minha aproximação com o tema identitário (que se estenderia por quase toda minha trajetória acadêmica) teve relação também com a busca por explicar a questão identitária representada, em nível mais individual, pela nem sempre fácil relação travada com meu pai e, através dele, com a identidade regional em seu conjunto. A identidade vista enquanto processo está, assim, indissociavelmente ligada às dinâmicas de diferenciação, pois só se constrói o “idêntico” pela construção, ao mesmo tempo, do “diferente. Ao mesmo tempo, é claro, esse jogo permanente entre identidade e diferença está moldado, como mostrei em minha dissertação de mestrado em relação à identidade gaúcha, por um histórico de desigualdade e poder onde hegemonia e subalternidade se conjugam na imposição daquilo que Gramsci, reunindo coerção e consenso, definiu como “bloco histórico”.

Ao falar dessa construção teórico-conceitual não há como, agora, através dessas lembranças, não retomar meandros da própria relação com meu pai, sempre contraditória. Minha relação com seu espaço de referência identitária, a Campanha gaúcha, seria também moldada por uma profunda ambiguidade, entre a atração e a repulsa. Vagar por aqueles campos sem fim era um convite ao desafio (e ao temor) da abertura infinita para o novo passando, ao mesmo tempo, a sensação da possibilidade permanente de domínio (pelo não ocultamento) do ainda não conhecido. Meu pai também portava, um pouco, essa representação: desafiador, temido (também por reações imprevisíveis) e, ao mesmo tempo, “dominável” por sua afetividade reprimida e sua recorrente situação de fragilidade econômica,

Com a regionalidade da Campanha Gaúcha como projeto, segui então rumo à UFRJ. Para minha grata surpresa acabei aprovado em primeiro lugar, mesmo não podendo acompanhar, durante as férias, os cursos preparatórios de Matemática e Estatística (recebia fotocópias enviadas pelo correio por um futuro colega). Como manter-me no Rio de Janeiro exigia muitos recursos, e não podia contar com nenhum apoio da família, aceitei convite para lecionar em um curso de férias para professores, promovido pela UFSM em Santiago, no noroeste gaúcho. Durante a entrevista pela banca, na UFRJ, a professora Maria do Carmo Galvão indagou sobre as minhas últimas leituras, e lembro que na resposta estavam “A justiça social e a cidade”, de David Harvey, recém traduzido, e “O espaço dividido”, de Milton

Santos – este último, presente que solicitei a meu pai no lugar do anel que, mesmo com sua precária situação financeira, ele queria me dar por ocasião da formatura.

O mestrado na UFRJ e a vivência da cidade do Rio de Janeiro para um gaúcho do interior do Rio Grande do Sul foi um desafio e um enorme aprendizado. Costumava brincar dizendo que não havia feito nenhum “estágio em metrópole” antes de chegar à megalópole. O dilema da adaptação durante os primeiros anos foi enorme, num universo demasiado distinto do meu, vivendo em pleno bairro da Lapa (então bastante precarizado), com poucos recursos (a bolsa era insuficiente – por isso já no primeiro ano comecei a lecionar para 5ª e 6ª séries em Jacarepaguá) e, pela primeira vez, muito distante da família. Mas também se configurava como um espaço profundamente estimulante e desafiador, onde tive o privilégio de viver experiências marcantes, incluindo as políticas, como a campanha eleitoral de Brizola e, depois, as manifestações pelas Diretas-Já.

Durante meu primeiro ano no Rio de Janeiro, em 1982, publiquei meu primeiro livro, um pequeno trabalho paradidático intitulado “Espaço e Sociedade no Rio Grande do Sul”, a convite do professor Igor Moreira, coautor. Foi uma experiência complexa, que por um lado me empolgou muito mas por outro também me trouxe a decepção de ver o fracasso da coautoria – no final acabei tendo de escrever o livro todo, pois Igor não cumpriu sua parte.

Entre os professores do mestrado, além dos geógrafos Bertha Becker, Maria do Carmo Galvão, Roberto Lobato Corrêa e Maurício Abreu, da socióloga Ana Clara Ribeiro e do filósofo Hilton Japiassu, tive o privilégio de ser aluno de Milton Santos, durante sua rápida passagem pela UFRJ. No período em que cursei sua disciplina, fui convidado para trabalhar em sua pesquisa sobre as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente as consequências do Projeto Rio, que então se desdobrava na área do Complexo de favelas da Maré. Esse projeto implicava na remoção de um grande número de famílias da zona de palafitas para conjuntos habitacionais – agora mais próximos, dadas as críticas sofridas pelas remoções para áreas distantes, efetuadas na década de 1960 (caso, emblemático, da Cidade de Deus).

Milton propôs a aplicação de questionários (que defini em amostragem de uma centena) junto à Vila do João, conjunto recém inaugurado a cerca de 1,5 km da área



residencial original. O discurso era de que com esse “pequeno deslocamento” não teriam ocorrido mudanças negativas importantes na vida dos moradores. A pesquisa demonstrou o contrário, desde o desrespeito a laços de vizinhança e o tamanho (padronizado) das casas até dificuldades no acesso a comércio e serviços. O trabalho foi apresentado no Congresso de Geógrafos de São Paulo, em 1984. Lembro a minha tensão (e ao mesmo tempo honra e gratidão) ao ver Milton se aproximando, no fundo da sala, para assistir à apresentação.

Aqui, aproveito para ampliar o comentário em relação ao papel que Milton Santos e sua obra tiveram na minha trajetória intelectual, a começar pela importância das leituras de “Por uma Geografia Nova”, “O espaço dividido” e “Economia Espacial: críticas e alternativas”, feitas em 1980-1981. Entre as marcas de meu contato com Milton como orientador destaco a liberdade, o respeito (acompanhado de sua fina ironia) e o incentivo com que tratava seus orientandos. No caso da pesquisa na Vila do João, para além da questão e da delimitação da base empírica, ele não interferiu ao longo da pesquisa, aprovando as decisões que propus, inclusive em relação ao conteúdo de questões a serem aplicadas.

Estive com Milton em diversos eventos depois daquele marcante primeiro encontro “à distância”, ainda como estudante de graduação, em Fortaleza. No Encontro de Geógrafos da AGB em Porto Alegre, em 1982, fui apresentado por ele ao geógrafo francês Jacques Lévy, muito jovem, e que era seu convidado. Jacques se tornaria depois, com o próprio incentivo de Milton (e uma carta de apresentação que até hoje muito me orgulha), meu orientador durante a bolsa sanduíche de doutorado no Instituto de Estudos Políticos de Paris, entre 1991 e 1992. Também devo destacar a participação de Milton Santos no meu exame de qualificação do doutorado em Geografia na USP, com contribuições muito relevantes. Anos depois, quando da publicação da tese em livro (“Des-territorialização e identidade: a rede ‘gaúcha’ no Nordeste”), ele me brindou com um generoso prefácio<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> SANTOS, M. Prefácio. In: Haesbaert, R. 1997. *Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF. Neste prefácio ele afirma que o estudo “foi feito com maestria notável, o autor manejando, com propriedade, princípios oriundos da filosofia e de diversas ciências humanas, de modo a produzir uma síntese geográfica com grande riqueza interdisciplinar” (p. 11), “um trabalho sério e documentado, escrito em uma linguagem meticulosa e agradável, mas sobretudo uma análise e uma síntese originais, um estudo fadado a servir como modelo de método (...) e uma importante contribuição teórica à compreensão atual de categorias tão controvertidas quanto as de territorialidade e identidade” (p. 12).

Durante o mestrado, contudo, em função da própria temática escolhida, em torno da questão regional, as influências mais importantes foram, sem dúvida, a de minha orientadora, Bertha Becker, e de meu orientador da monografia de conclusão de curso, Aluizio Capdeville Duarte. Bertha, consciente da relevância de estudar a especificidade dos espaços periféricos, na medida em que aprofundava suas pesquisas na Amazônia, era, à época, uma das raras geógrafas que não menosprezava a região como conceito relevante na Geografia – estigmatizado que foi por alguns geógrafos marxistas, em função da associação direta da (de uma determinada concepção de) região com o “empirismo descritivo” da Geografia tradicional. Bertha seria, assim, uma das poucas geógrafas que aceitaria minha proposta de investigação a partir do espaço periférico da Campanha Gaúcha.

Bertha, já à época engajada em redes geográficas internacionais, convidou-me para auxiliar na organização de eventos e publicações envolvendo pesquisadores reconhecidos na temática espacial, como Edward Soja, Walter Stöhr, Arie Shachar, Miguel Morales e José Luiz Coraggio. Os quatro primeiros participaram do Seminário sobre Espaço e Política, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, em 1982, e que resultou no livro “Abordagens Políticas da Espacialidade”, por nós organizado e apresentado<sup>18</sup>. Também destaco minha participação no Grupo de Geografia Política, organizado por Bertha Becker, da *Latin American Regional Conference*, da União Geográfica Internacional, realizada em Belo Horizonte naquele mesmo ano. Foi minha primeira experiência em termos de eventos de caráter internacional.

Quanto a Aluizio Duarte, ele foi autor de um dos mais consistentes artigos sobre o conceito de região (“Regionalização: considerações metodológicas”<sup>19</sup>), além de ter participado de um trabalho sobre a Região Cacaueira da Bahia (no qual também participei através do tratamento de dados) em que propôs um polêmico conceito de região como totalidade social. A crítica que fiz a essa proposta em minha dissertação provavelmente foi responsável pelas críticas que ele, no meu ponto de vista de forma equivocada, fez na minha banca de defesa (críticas ainda mais contundentes a seu conceito de região foram realizadas depois por Paulo César Gomes, colega de

---

<sup>18</sup> BECKER, B.; HAESBAERT DA COSTA, R. e SILVEIRA, C. 1983. *Abordagens Políticas da Espacialidade*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>19</sup> DUARTE, A. 1980. Regionalização: considerações metodológicas. *Boletim de Geografia Teórica* 10(20).

mestrado e que também realizou sua dissertação sobre esse conceito). De qualquer forma, Aluizio Duarte foi muito importante na minha formação e, apesar de todas as discordâncias, suas reflexões alimentaram o debate com que estive envolvido durante vários anos.

Naquela época se sobrevalorizavam os discursos generalizantes de um materialismo histórico demasiado abstrato e teoricista, onde o capitalismo se encarregaria, como chegou a sugerir Francisco de Oliveira, de “borrar” as especificidades regionais, pelo menos em países centrais. Fui apresentado a seu livro “Elegia para uma re(li)gião”, que discutimos em acirrados debates durante o curso de Ana Clara Torres Ribeiro, juntamente com “A questão meridional”, de Antonio Gramsci. Essas foram obras decisivas para minha compreensão da Campanha Gaúcha como uma espécie de “bloco regional”, numa composição gramsciana, e que resultaram no meu primeiro trabalho de relativa repercussão, “RS: Latifúndio e identidade regional”, produto (amplamente revisado) de minha pesquisa de mestrado. Considero um dos resultados mais relevantes decorrentes dessa investigação a definição do conceito de região, esta vista como:

*... um espaço (não institucionalizado como Estado nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco ‘regional’ de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução.*<sup>20</sup>

Pode-se dizer que foi uma contribuição importante ao nosso campo, e que também foi reconhecida por autores fora da Geografia (como na obra “O que faz ser nordestino”, de Maura Penna). Longe do “conceito-obstáculo” proposto por Yves Lacoste, a região se reconfigura e se torna mais complexa. No mesmo livro eu afirmava que a região “deve ser vista muito mais em sua complexidade do que na unilateralidade de processos homogeneizantes que, ignorando as diferenças, priorizam uma universalização facilmente contestada ‘regionalmente’”<sup>21</sup>.

A questão regional atravessou diretamente minha vida acadêmica ao longo de toda a década de 1980, começando pela publicação do livro “Espaço & Sociedade

---

<sup>20</sup> HAESBAERT DA COSTA, R. 1988. *RS: Latifúndio e Identidade Regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 25.

<sup>21</sup> HAESBAERT da Costa, op. cit. (nota 9), p. 25.

no Rio Grande do Sul”, com Igor Moreira, em 1982,<sup>22</sup> e de um breve artigo sobre a regionalização do Rio Grande do Sul (na ótica centro-periferia), em 1983<sup>23</sup>. O trabalho com Bertha Becker durante o mestrado na UFRJ teve como produto dois livros, também vinculados ao tema, um como coorganizador, já citado (“Abordagens Políticas da Espacialidade”) e outro como coautor (“Ordenação do Território: uma questão política?”). Embora de forma menos direta e com objetivos paradigmáticos, a questão seria retomada em pelo menos três livros na década de 1990: “Blocos Internacionais de Poder”, de 1990 (com diversas reedições)<sup>24</sup>, “China: entre o Oriente e o Ocidente”, de 1994<sup>25</sup> e “Globalização e Fragmentação no mundo contemporâneo” (como organizador e autor de dois capítulos), em 1998 (com segunda edição atualizada em 2013)<sup>26</sup>.

Esses últimos, juntamente com “A Nova Desordem Mundial”, escrito com o colega de Departamento Carlos Walter Porto-Gonçalves, em 2006, constituem o resultado, em grande parte, de minha inserção, desde 1986, na Universidade Federal Fluminense, na área de “Geografia Regional do Mundo” – uma área pouco valorizada em termos de pesquisa se comparada com outras áreas da Geografia, pelo menos no Brasil. Por isso esses trabalhos de divulgação, de ampla inserção paradigmática (“Blocos Internacionais de Poder” foi adquirido em programa governamental para bibliotecas escolares), vieram preencher uma lacuna, especialmente em relação ao ensino, onde são temáticas recorrentes mas com grande carência de bibliografia. Abriram também perspectivas mais amplas de minha participação em projetos educativos, como a consultoria ao suplemento cartográfico “Mundo – Divisão Política”, publicado pelo jornal O Globo em 1993, debate e consultorias especializadas na TV Futura/Fundação Roberto Marinho, em 1995 e 1996, bem como convites para minicursos em instituições como o Colégio Pedro II e a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

---

<sup>22</sup> MOREIRA, I. e HAESBAERT da Costa R. 1982 (2ª ed. 1986) *Espaço & Sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

<sup>23</sup> HAESBAERT da Costa, R. 1983. Rio Grande do Sul: Uma Proposta de Regionalização. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 10, p. 5-9.

<sup>24</sup> HAESBAERT da Costa, R. 1990. *Blocos Internacionais de Poder*. São Paulo: Contexto. Nesse trabalho continuamos desdobrando a ideia gramsciana de bloco histórico na configuração de recortes regionais, agora em múltiplas escalas, inclusive na escala continental (caso da União Europeia). Esse debate envolvendo regionalização em escala mundial aparece mais detalhadamente em HAESBAERT, R. 1991. A (des)ordem mundial, os novos blocos de poder e o sentido da crise?. *Terra Livre* (AGB) n. 9.

<sup>25</sup> HAESBAERT, R. 1994. *China: entre o Oriente e o Ocidente*. São Paulo: Ática.

<sup>26</sup> HAESBAERT, R. (org.) 1998 (2ª ed. 2013). *Globalização e Fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: Editora da UFF.

A propósito, minha relação com o ensino e a formação discente teve um histórico para além da vida universitária em sentido mais estrito. Antes de ingressar na Universidade Federal Fluminense, em 1986, trabalhei em escolas particulares (Colégio Bahiense-Jacarepaguá e Colégio Andrews-Botafogo), fui aprovado em concursos públicos e atuei no ensino médio no Estado do Rio de Janeiro e no Colégio Brigadeiro Newton Braga, do Ministério da Aeronáutica. Além disso, dei aulas na graduação em Geografia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro no período entre 1985 e 1987. Já na Universidade Federal Fluminense, nos anos 1990, fui responsável pela criação do PET – Programa Especial de Treinamento de Geografia, um dos três primeiros da UFF, vinculado à CAPES. Através deste tive mais de 15 orientandos, alguns deles tendo se tornado depois pós-graduados e professores universitários.

Durante praticamente todo meu período de Universidade Federal Fluminense trabalhei com a disciplina “Região e Regionalização”. Assim, não é de surpreender que, mesmo tendo seu maior domínio nos anos 1980, a temática regional, principalmente associada ao regionalismo e à identidade regional gaúcha, marcou grande parte da minha carreira, retornando com mais força, ocasionalmente, com a publicação de artigos com repercussão na área – destacando-se “Região, Diversidade Territorial e Globalização”, publicado em 1999 no primeiro número da revista de nosso Programa de Pós-Graduação, “GEOgraphia”<sup>27</sup>, e “Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional”, apresentado no 4º Seminário do Pensamento Geográfico, UNESP-Presidente Prudente, em 2001<sup>28</sup>.

Os “gaúchos” – como são genericamente denominados os migrantes sulistas no interior do Brasil (independentemente de sua origem no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina ou no Paraná) – serviram como base empírica para as principais discussões teóricas que travei sobre a região, o regionalismo e a identidade regional ao longo das décadas de 1980 e 1990. Já no final de meu livro sobre a Campanha e a

---

<sup>27</sup> HAESBAERT, R. 1999. Região, diversidade territorial e globalização. *GEOgraphia* n. 1. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia.

<sup>28</sup> Esse trabalho foi publicado dois anos depois, nos Anais do XXII Encontro Estadual de Geografia (a partir da Conferência de abertura), realizado em Rio Grande e organizado pela AGB-Seção Porto Alegre. Reformulado, foi ainda publicado, com o mesmo título, no livro “Produção do Espaço e Redefinições Regionais: a construção de uma temática”, organizado por Eliseu Sposito (Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005).

construção da identidade regional gaúcha, em 1988, eu indicava o prosseguimento da pesquisa envolvendo os sulistas que migravam para outros estados do país, fora da Região Sul. Isso resultaria na investigação empírica mais aprofundada de minha carreira, ao longo do doutorado, realizado na primeira metade dos anos 1990, e que me permitiu construir o conceito de “rede regional” a partir dessa experiência des-re-territorializadora migrante no interior do país, especialmente na área escolhida para o aprofundamento da análise empírica, o oeste baiano.

A concepção de rede regional foi elaborada através da análise do processo de des-reterritorialização dos “gaúchos” no interior do Brasil e resultou tanto no livro já citado, publicado pela editora da UFF em 1997, quanto no artigo, mais específico, “A noção de rede regional: reflexões a partir da migração ‘gaúcha’ no Brasil”, de 1998 (a ser publicado como capítulo de livro em espanhol na Argentina em 2015, demonstrando que mantém sua atualidade)<sup>29</sup>. A rede regional “gaúcha” configurou-se a partir do momento em que a migração estendeu-se, de forma descontínua, para fora da região Sul, já que até a colonização do sudoeste do Paraná, nos anos 1940, ela se dava na forma de incorporação de áreas de mata, contínuas. No final do século XIX ocorreu a expansão dos colonos da primeira área de “Serra”, a nordeste, para o norte do Rio Grande do Sul, e daí, nas duas primeiras décadas do século XX, para o oeste de Santa Catarina. A ocupação de terras no Mato Grosso do Sul (colônia de Dourados, em 1943) e, depois, em outras regiões de cerrado no Centro-Oeste brasileiro, configuraria um processo muito mais fragmentado espacialmente.

Tomando por base o conceito de região construído a partir do estudo da Campanha Gaúcha, verifiquei que a migração sulista, embora carregando vários traços dessa regionalidade, como a identidade regional (às vezes até fortalecida diante do contato com um Outro) e os traços regionalistas (por exemplo, defendendo o poder político em mãos de sulistas, naquilo que o geógrafo Aluizio Duarte denominou de “voto étnico”), não constituía um espaço regional nos moldes tradicionais de regiões contínuas e bem delimitadas. A geografia era outra: espaços descontínuos, às vezes na extensão de um pequeno município ou de algumas

---

<sup>29</sup> HAESBAERT, R. 1998. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. *Território* n. 4. Rio de Janeiro: Garamond e LAGET-UFRJ. A referência da publicação na Argentina é: Haesbaert, R. (no prelo) “Red regional gaúcha. El concepto de red regional a partir del proceso de migración sureña en Brasil”. In: Hortensia Castro y Mariana Arzeno (org.). *Lo rural en redefinición. Aproximaciones y estrategias desde la Geografía*. Buenos Aires: Editorial Biblos.

propriedades, mas que, no conjunto, conectavam-se através de redes de diversas ordens – redes, portanto, das quais dependiam para sua articulação.

Diversas dessas redes foi possível mapear e reproduzir de forma mais direta, como a rede de transportes, através das linhas de ônibus interligando essas áreas com o Sul do país, a rede da Igreja Luterana, da qual fazem parte sobretudo os descendentes de colonos alemães e a rede dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), uma marca não apenas da migração sulista no Brasil mas também no exterior (hoje há encontro de CTGs até mesmo dos Estados Unidos). Essa rede regional tem assim diversas dimensões: econômica – como as redes empresariais e/ou de cooperativas que mantêm sua sede no Sul do país; política – como alguns grupos políticos que mantêm fortes laços com sua característica “regionalista” de origem, e cultural – como os CTGs (base também, em muitos locais, de grupos políticos específicos) e a Igreja Luterana. Trata-se de uma rede fluida, policêntrica, com limites permeáveis, entremeada a várias outras redes construídas por outros sujeitos sociais, mas que revela uma caracterização muito própria através dos grupos identitário-classistas que congrega. Enquanto a região tende a ser um espaço mais centralizado, contínuo e dotado de algum nível de homogeneidade, a rede regional é mais descentralizada, espacialmente descontínua e heterogênea em suas articulações com outras redes. Assim:

*... o que denominamos de fluxos ou “linhas” da rede regional, que unem pontos de diferentes espaços geográficos, servem justamente para dar coesão ao mesmo tempo a esses “microterritórios” (ou “comunidades”) predominantemente gaúchas, como é o caso de alguns bairros [como o “bairro dos Gaúchos” em Barreiras, no oeste baiano, analisado em nossa tese de doutorado] e novos municípios [como Luiz Eduardo Magalhães, na Bahia, também analisado na tese] criados e dirigidos por sulistas, à escala local, e a sistemas de integração social “em rede” que podem alcançar a escala do Estado-nação.<sup>30</sup>*

A manutenção de laços com a região de origem e com outras áreas de migração sulista são bem evidentes no aspecto econômico (laços empresariais e comerciais, com muitos produtos provenientes do Sul, como trigo e erva-mate) e cultural. Programação de rádio e televisão do Sul é veiculada, principalmente no que se refere ao esporte – Grêmio e Internacional são os times de futebol aos quais os sulistas continuam atrelados. No sentido político, percebemos que o ditado popular do oeste baiano de que “gaúcho onde chega quer separar” está ligado à sua intensa

---

<sup>30</sup> HAESBAERT, 1998, op. cit., p.67

participação em movimentos de criação de novos municípios (como o que, depois de muita resistência das lideranças locais, transformou Mimoso do Oeste no município de Luiz Eduardo Magalhães, numa espécie de barganha simbólica com o governo da Bahia) e de novos estados (como nos movimentos pela criação do estado do Araguaia, no Mato Grosso, de São Francisco, no oeste baiano, ou do Maranhão do Sul).

Conforme já foi salientado, embora ao longo da primeira década dos anos 2000 tenha sido privilegiada a discussão sobre os processos de des-re-territorialização, a questão regional de modo algum foi negligenciada. Nosso próprio núcleo de pesquisa, o NUREG, criado junto ao CNPq em 1994, continuou sob o título de “Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização”. Ressalte-se que, durante todo esse tempo, mantivemos atuação regular com intensa participação de estudantes de todos os níveis (da graduação ao pós-doutorado). Mesmo durante o ano de afastamento para o pós-doutorado estudantes continuaram se reunindo e discutindo suas pesquisas e textos em nosso grupo. Na ligação com a questão regional, dois projetos de pesquisa devem ser citados: “A região frente aos processos de globalização/fragmentação e a formação de uma região transfronteiriça entre países do Mercosul” desenvolvido junto ao CNPq entre 1998 e 2002, e “Regionalização e Des-Territorialização no Espaço Sul-Brasileiro”, desdobrado entre 2002 e 2006, paralelamente ao trabalho mais teórico de pós-doutorado sobre o mito da desterritorialização, que será comentado no próximo item.

No primeiro projeto, relativo a regiões transfronteiriças no âmbito do Mercosul, realizamos trabalhos de campo nos países vizinhos – leste do Paraguai (região ocupada basicamente por migrantes brasileiros, sulistas), nordeste da Argentina (província de Misiones, com algumas “colônias” de migrantes brasileiros) e pampa uruguaio (regiões de Tacuarembó e Melo, onde há presença de rizicultores brasileiros). Esses trabalhos de campo envolveram alunos de graduação e pós-graduação, tendo resultado na realização de duas dissertações de mestrado diretamente vinculadas ao tema. Através da análise desses processos migratórios identificamos a formação de regiões transfronteiriças manifestadas sobretudo na forma de redes econômicas, culturais e políticas que se sobrepõem aos limites internacionais. Muitas vezes, como no caso da fronteira entre Brasil e Paraguai, no estado do Paraná, a própria expansão física (principalmente através da agricultura da



soja) se dá de forma contínua num processo de ocupação de áreas de mata semelhante ao que se deu, décadas antes, no sudoeste do Paraná. Resultados dessa pesquisa foram publicados em revistas brasileiras (Travessia, GEOgraphia) e também em língua espanhola, na revista GeoUruguay<sup>31</sup>.

O segundo projeto, mais “de gabinete”, envolveu uma relação clara entre regionalização e processos de des-territorialização em suas múltiplas formas, desde as lógicas que denominamos zonais, mais tradicionais, pautadas na construção de territórios-zona (como aqueles definidos pelas circunscrições político-administrativas) até as lógicas de dominante reticular, de matriz mais complexa e formadoras de territórios-rede. Nessa nova leitura e prática de regionalização enfatizamos as dinâmicas denominadas de “exclusão” socioespacial ou, como preferimos, de precarização territorial, através da elaboração de indicadores representativos desses processos. Como estávamos direcionados, concomitantemente, à elaboração de nosso trabalho de pós-doutoramento vinculado de modo mais direto à questão da desterritorialização, enfatizamos a participação dos estudantes de graduação, através de bolsas de iniciação científica. O produto mais positivo dessa ênfase foi o reconhecimento, no âmbito da UFF, com a conquista do primeiro lugar no Prêmio Vasconcelos Torres de Iniciação Científica na área de Ciências Humanas.

Um trabalho de maior fôlego vinculado à questão regional surgiu em 2010. Ele resultou de uma pesquisa de síntese em relação aos avanços no debate teórico em nível da Geografia mundial, publicada em livro intitulado “Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea”<sup>32</sup>. Recentemente traduzido para o espanhol, deve ser publicado em breve, no Peru. Este livro sistematiza as grandes linhas de pensamento sobre a região, desde as perspectivas mais tradicionais, quando a Geografia Regional era definidora do próprio paradigma básico da disciplina, até as abordagens neopositivistas e marxistas, aprofundando-se na sistematização das diversas correntes teóricas contemporâneas que focalizam o conceito. Retoma-se ao longo do texto as idas e

---

<sup>31</sup> HAESBAERT, R. 1999. Regionalización y migración brasileña en los países del Mercosur. *GeoUruguay* n. 3. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 1999.

<sup>32</sup> HAESBAERT, R. 2010. *Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

vindas da região em termos de sua “morte e vida”, conforme havia sido analisado em artigo anterior, já aqui citado, e que inspirou a construção do livro.

A leitura do conceito de região é feita através de dois grandes parâmetros teóricos – aquele que trata da “região como fato”, realidade empírica, e aquele que aborda a “região como artifício”, construção intelectual. Ao final propõe-se um tratamento não dicotômico, num enfoque denominado da “região como arte-fato”, ao mesmo tempo artifício (ou “arte”, no sentido de criação, pois os recortes regionais nunca são neutros, permitindo [re]criar realidades) e fato (um “dado” no sentido de incorporar realidades materialmente articuladas). Enfatiza-se o caráter móvel, reticular, e historicamente mutável da região, cada vez mais envolvida com dinâmicas capitalistas excludentes. Daí a importância de se focar o regional através de suas múltiplas des-articulações – espaços integrados e/ou conectados e espaços desconectados ou conectados com outras redes e circuitos que não aqueles hegemonicamente produzidos.

Na sistematização das diversas correntes contemporâneas do tratamento da região, que consideramos uma contribuição relevante desse trabalho, reconheceu-se as seguintes perspectivas teóricas:

- o pós-estruturalismo e a ênfase contextual/ “local”
  - a região “lugar” de Nigel Thrift
  - a re-invenção pós-estruturalista da identidade regional
- as abordagens “neomodernas”
  - o globalismo neoliberal e o “Estado-região” de K. Ohmae
  - a nova ênfase às relações sociedade-natureza e as biorregiões
  - a teoria da estruturação de Anthony Giddens e a perspectiva neokantiana de Benno Werlen
  - a abordagem neomarxista e a des-continuidade da região
  - a visão crítica do mosaico de “cidades-região”

Ao propor-se a região como “arte-fato”, afirma-se:

*... qualquer análise regional que se pretenda consistente (e que supere a leitura da região como genérica categoria analítica, “da mente”) deve levar em conta tanto o campo da produção material quanto o das representações e símbolos, ideais, tanto a dimensão da funcionalidade (político-econômica, desdobrada por sua vez sobre uma base material-“natural”) quanto do vivido (simbólico-cultural, mais subjetivo) – em*

*outras palavras, (...) tanto a coesão ou lógica funcional quanto a coesão simbólica, em suas múltiplas formas de construção e des-articulação – em que, é claro, dependendo do contexto, uma delas pode acabar se impondo sobre – e refazendo – a outra.*

Sem dúvida se trata de um grande desafio que, ao colocar em questão algumas das dicotomias mais difundidas na Geografia, implica em uma mudança de perspectiva analítica que não se revela fácil, principalmente quando se operacionaliza a regionalização, em termos práticos. Por isso é necessário, ao mesmo tempo, reconhecer a especificidade da região enquanto categoria analítica, instrumento intelectual; enquanto categoria da prática, em seu uso pelo senso comum, e como categoria normativa, em sua aplicação política<sup>33</sup>. A participação em um projeto de regionalização vinculado ao Ministério da Integração Nacional, realizado em 2005, em conjunto com o Grupo Retis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (liderado pela profa. Lia Machado)<sup>34</sup>, foi bem sintomático dessa particularidade – no caso, especialmente, da região como “categoria normativa”, já que sua vinculação direta com o planejamento traduz restrições impostas pelos próprios interesses políticos do Estado. Nossos conceitos “analíticos” podem ser muito bem construídos, mas no momento de operacionalizá-los tendo em vista atingir certos objetivos (político-econômicos) são vários os constrangimentos e limitações que se impõem, direta ou indiretamente, pelos interesses em jogo.

A participação nesse projeto foi relevante não apenas do ponto de vista de minha primeira experiência direta em projetos governamentais (e conseqüente diálogo com autoridades como o próprio ministro da Integração Nacional – Ciro Gomes, à época), mas também pelo rico intercâmbio com o Grupo Retis de pesquisa e o trabalho de campo do qual ficamos incumbidos, realizado ao longo de grande parte da fronteira do Brasil com o Paraguai. Já tendo investigado os brasiguaios no Paraguai (um dos motivos pelos quais fui convidado como “pesquisador associado”), foi um grande aprendizado percorrer a região de fronteira visitando várias cidades-gêmeas (de Saltos del Guayrá-Guaíra, no Paraná, a Bella Vista-Bela Vista, no Mato Grosso do Sul), incluindo um encontro conjunto com lideranças políticas hegemônicas e dos

---

<sup>33</sup> No livro “Regional-Global” sugerimos também a consideração da região como “categoria pedagógica”, dada a importância da regionalização e da análise regional no ensino de Geografia.

<sup>34</sup> BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. *Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

movimentos sociais em Ponta Porã, sem falar no estimulante convívio intelectual com a geógrafa Lia Machado.

A esse contato com a esfera da “geografia estatal” devo acrescentar também minha participação no debate promovido pelo Ministério da Integração Nacional em torno do conceito, não de região, mas de território a ser proposto e difundido através de políticas públicas, na Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, realizado em 2003, em Brasília, e depois publicado em “Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial”<sup>35</sup>. Muito me honrou o convite para debater com o governo ao lado de geógrafos renomados como Antonio Carlos Robert de Moraes, Wanderley Messias da Costa e Bertha Becker. O debate foi intenso, principalmente entre uma visão que eu chamaria predominantemente “de cima para baixo”, das dinâmicas territoriais, centrada na própria figura do Estado, e outra mais “de baixo para cima”, que incluiria o reconhecimento das comunidades locais/regionais como participantes diretas dessa construção territorial. O imediatismo de muitas propostas das políticas públicas, atreladas, por exemplo, a uma determinada gestão e/ou instituição governamental, impede, muitas vezes, a realização de uma investigação mais aprofundada para a implementação dessas políticas de base territorial.

---

<sup>35</sup> Ministério da Integração Nacional. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília, MI, 2005.

#### IV. A ABERTURA DAS GEOGRAFIAS CRÍTICAS, A (PÓS) MODERNIDADE E O MITO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO

Assim como a questão da região e da regionalização, embora dominante na década de 1980, permeou todo o meu percurso acadêmico, a questão do território e da desterritorialização, ainda que majoritária nos anos 2000, também esteve presente na maior parte de minha trajetória de pesquisa. O trabalho com Bertha Becker, nos anos 1980, já incorporava, ainda que de forma indireta, o tratamento do território, especialmente influenciado por suas discussões sobre o papel do Estado e a “ordenação” do território. Assim, em meio à finalização do livro “RS: Latifúndio e Identidade Regional”, escrevi um artigo que acabou sendo publicado no suplemento “Ideias”, do Jornal do Brasil, em 1987, intitulado “Territórios Alternativos”. Nele eu destacava a relevância da perspectiva geográfica e as novas alternativas que se colocavam a partir da abordagem de autores como Michel Foucault e Felix Guattari (citando ainda Castoriadis e Baudrillard).

Reproduzo abaixo dois trechos desse artigo por considerá-los representativos do momento de mudança que se vivia na ocasião e do caráter de reavaliação de uma Geografia crítica que deixava de ser monolítica (capitaneada por um marxismo mais ortodoxo) e adquiria rumos mais plurais:

*Rompendo com uma postura empobrecedora que por longa data marcou as rupturas teóricas radicais ocorridas dentro da Geografia, divisamos hoje um desejo relativamente comum do geógrafo em resgatar suas raízes e assimilar a diversidade com que o novo se manifesta, buscando com isso respostas mais consistentes e menos simplificadoras para as questões que se impõem através da ordenação do espaço e do território. (...)*

*Ao lado da corrente majoritária de geógrafos ainda engajados em torno de teorias universalizantes, simplificadoras, quase sempre, mas ainda assim dotadas de poder explicativo relevante para muitas questões (notadamente de ordem econômica), colocam-se hoje novas exigências teóricas, capazes de responder à dinâmica múltipla e fragmentária do espaço social.*

Esse artigo me inspiraria, quinze anos depois, a publicar uma coletânea de textos com o mesmo título, livro que abre com a republicação daquele artigo. O livro “Territórios Alternativos” tornou-se, hoje, meu segundo trabalho em termos de número de citações – 550, conforme dados do Google Acadêmico que comentarei a seguir.

Embora esses números não manifestem, é claro, a efetiva repercussão de um trabalho, pelo menos são, ao lado das reedições e da tiragem, um indicador quantitativo da maior ou menor difusão de um texto<sup>36</sup>. Nesse sentido, aliado a uma avaliação também qualitativa dos debates e releituras que desencadeou, pode-se afirmar que “O mito da desterritorialização”, lançado em 2004 e hoje em sua oitava edição, com tiragem total aproximada de 10 mil exemplares, foi meu trabalho que teve maior repercussão. Na lista do Google Acadêmico ele aparece com um total de 1.729 citações. De meus dez trabalhos mais citados (acima de 100 referências), apenas dois (o 8º e o 9º) abordam diretamente a questão regional (o livro de 1988, “RS: Latifúndio e Identidade Regional”, e um artigo de 1999 publicado no primeiro número da revista GEOgraphia), coincidindo com a repercussão (e a demanda) muito maior, dentro e fora da Geografia, da abordagem territorial, desdobrada sobretudo nos últimos quinze anos.

### **Trabalhos com mais de 100 citações registrados pelo Google Acadêmico**<sup>37</sup>

Número de citações sublinhado e ano de publicação à direita

<a href="#"><u>O Mito da Desterritorialização. Do “Fim dos Territórios à Multiterritorialidade</u></a>	<a href="#"><u>1.729</u></a> 2004
R Haesbaert Río de Janeiro, Bertrand Brasil	
<a href="#"><u>Territórios alternativos</u></a>	<a href="#"><u>550</u></a> 2002
R Haesbaert Editora Contexto	
<a href="#"><u>Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste</u></a>	<a href="#"><u>354</u></a> 1997
R Haesbaert Niterói: EdUFF	
<a href="#"><u>Identities territoriais</u></a>	<a href="#"><u>250</u></a> 1999
R Haesbaert Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ	
<a href="#"><u>Da desterritorialização à multiterritorialidade</u></a>	<a href="#"><u>227</u></a> 2005
R Haesbaert Encontro de Geógrafos da América Latina	
<a href="#"><u>Concepções de território para entender a desterritorialização</u></a>	<a href="#"><u>204</u></a> 2002
R Haesbaert Santos, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento ...	

<sup>36</sup> O uso dessa quantificação, mesmo reconhecendo-a como bastante questionável, visa também atender ao requisito da portaria da Universidade Federal Fluminense em relação a este memorial como um texto “descritivo, analítico, *quantitativo* e qualitativo” (grifo meu).

<sup>37</sup> Fonte: <http://scholar.google.com.br/citations?user=Y1FSQ2YAAAAJ&hl=pt-BR> (acessado em 12.04.2015)

<a href="#">Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In.: Castro, IE; Gomes, PC da C.; Corrêa, RL Geografia: conceitos e temas</a>	<a href="#">167</a>	2000
R Haesbaert Rio de Janeiro: Bertrand Brasil		
<a href="#">RS: latifúndio e identidade regional</a>	<a href="#">139</a>	1988
R Haesbaert Porto Alegre: Mercado Aberto		
<a href="#">Região, diversidade territorial e globalização</a>	<a href="#">110</a>	2009
R Haesbaert Geographia 1 (1)		
<a href="#">Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade</a>	<a href="#">109</a>	2004
R Haesbaert Porto Alegre		

Essa “perspectiva territorial” que, talvez pudéssemos dizer, foi desencadeada com o artigo “Territórios Alternativos”, afirma-se ao longo de minha pesquisa de doutorado, na primeira metade da década de 1990, que representa claramente a passagem de um enfoque centrado na questão regional para um enfoque centrado nos processos de territorialização, dentro de uma abordagem teórica crítica renovada. Essa abordagem envolve, ao mesmo tempo, o comprometimento com princípios marxistas bastante abertos, de influência gramsciana (já presentes na dissertação de mestrado) e, desde a segunda metade dos anos 1980, dialogando com autores do pensamento crítico não-marxista, como Cornelius Castoriadis (de quem fui aluno, na Sorbonne, no período letivo 2/1991-1/1992) e autores ditos pós-estruturalistas, como Michel Foucault e Gilles Deleuze-Felix Guattari. Esses já estavam presentes, por exemplo, no artigo “O espaço na modernidade”, escrito com Paulo Cesar da Costa Gomes e publicado na revista Terra Livre em 1988 (também republicado no livro “Territórios Alternativos”, em 2002).

A propósito dessa temática, creio que é possível considerar como um dos debates pioneiros na Geografia brasileira a reflexão realizada em torno do debate que se travou sobre modernidade e pós-modernidade, no final dos anos 1980. Além do artigo citado, lembraria também “Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade”, publicado na revista Terra Livre n. 7, em 1990. Nele, foi realizada uma primeira síntese do debate e do posicionamento de autores, desdobrado mais tarde em apresentação feita, a convite de Jacques Lévy, no colóquio do Grupo de Redação da Revista *EspacesTemps* (Saint Prix, abril de 1992)<sup>38</sup>, e aprofundado no artigo “Questões sobre a (pós)modernidade”<sup>39</sup>. Essa

<sup>38</sup> Trabalho inédito, intitulado “(Post)Modernité(s) – de multiples chemins – un essai de systématisation”

foi uma discussão que também me auxiliou na tese de doutorado no que tange à elaboração de interpretações referentes ao processo de modernização – intimamente associado ao de desterritorialização – desencadeado pelos sulistas nos cerrados do Nordeste.

Uma das conclusões alcançada foi a de que uma perspectiva distinta e transformadora da modernidade envolveria:

*... a possibilidade de que, rompendo com os dualismos, se assuma um projeto profundamente renovador, que nunca se pretenda completo, acabado, que respeite a diversidade e assimile, ao lado da igualdade e do “bom senso”, a convivência com o conflito e a consequente busca permanente de novas alternativas para uma sociedade menos opressora e condicionadora – onde efetivamente se aceite que o homem é dotado não apenas do poder de (re)produzir, mas sobretudo de criar, e que a criação é suficientemente aberta para não se restringir às determinações da razão. (Haesbaert, 1990:84)*

A tese de doutorado, depois livro, “Des-territorialização e identidade: a rede ‘gaúcha’ no Nordeste”, trouxe o tema da des-territorialização para o centro das reflexões. O território, de certa forma, “supera” a região, mas não a exclui, compondo com ela. Seguindo a análise da dinâmica de des-territorialização sulista nos cerrados do Nordeste o conceito conclusivo mais importante dessa investigação, como anteriormente comentado, foi o conceito de rede regional. Era o território enquanto processo, contudo, que servia como grande pano de fundo para a questão regional que nele aparecia embutida – a ponto de chegarmos a afirmar, pelo menos uma vez (para efetuarmos depois uma autocrítica), que o território se colocava como um conceito mais amplo do que o conceito de região. Também partilhávamos ainda de uma certa (quase sempre sutil) separação entre território e rede – essa muito mais associada aos processos de desterritorialização<sup>40</sup>. Era uma época de tamanho domínio do debate territorial que o território, como é explícito na obra de Milton Santos, muitas vezes se confundia com a própria noção de espaço.

Em relação ao território, afirmava-se então:

---

<sup>39</sup> HAESBAERT, R. 1997. Questões sobre a (pós)modernidade. *GEOUerj* n. 2. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia. Republicado como capítulo em Haesbaert, R. *Territórios Alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.

<sup>40</sup> Essa distinção ainda aparece em nosso artigo “Des-territorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão” in: Corrêa, L.; Castro, I. e Gomes, P. (org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.



*O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a (...) ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. Historicamente, podemos encontrar desde os territórios mais tradicionais, numa relação quase biunívoca entre identidade territorial e controle sobre o espaço, de fronteiras geralmente bem definidas, até os territórios-rede modernos, muitas vezes com uma coesão/identidade cultural muito débil, simples patamar administrativo dentro de uma ampla hierarquia econômica mundialmente integrada. (Haesbaert, 1997:42)*

Encontrava-se aí o embrião da ideia de um “continuum” territorial que, proposta mais tarde<sup>41</sup>, estende-se desde os territórios de caráter predominantemente funcional, de dominação (político-econômica), até os territórios com maior carga simbólica, de “apropriação” nos termos de Lefebvre. Assim, a noção de poder com que abordamos território é muito mais ampla do que a tradicional visão centralizada e hierárquica de poder estatal (político em seu sentido mais estrito) ou capitalista (econômico), incluindo também o poder simbólico – ou melhor, a dimensão simbólica do poder. No extremo dessa apropriação (simbólica) do espaço podemos reconhecer a existência de “territorialidade sem território”, no sentido dos referenciais simbólicos territoriais sem a efetivação, concreta, de um território – como é o caso emblemático da “Terra Prometida” dos judeus ou da “Terra sem males” dos guaranis m’bya.

Nesse mesmo livro de 1997 antecipou-se o debate, aprofundado seis anos depois em “O mito da desterritorialização”, sobre a condição multiterritorial em nossos tempos ditos, por alguns, “pós-modernos”. Inspirado em e desdobrando ideias mais gerais do sociólogo Yves Barel, eu afirmava: “Poderíamos dizer que hoje, na ‘pós’ ou ‘neo’ modernidade, um traço fundamental é a multiterritorialidade humana (...), onde, de acordo com o espaço/tempo em que estamos e os interesses em jogo, determinadas identidades são ativadas em detrimento de outras”. (Haesbaert, 1997:42)

No doutorado vivenciei a primeira e muito rica experiência como residente no exterior, através de uma bolsa sanduíche em Paris, sob coorientação do geógrafo Jacques Lévy – que, embora assumindo uma distinção mais clara entre território e rede, muito me inspirou na discussão sobre esses dois conceitos. Aproveitei para cursar integralmente, como ouvinte, as disciplinas ministradas na Sorbonne/*Collège de France*

---

<sup>41</sup> Especialmente em HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia* n. 17. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2007.

ou na *Maison de Sciences de l'Homme (École des Hautes Études em Sciences Sociales - EHESS)* por Cornelius Castoriadis, Pierre Bourdieu, Alain Touraine, Marc Augé e o geógrafo Augustin Berque. Particpei ainda dos debates do Grupo Brasil no IHEAL (*Institute des Hautes Études de l'Amérique Latine*), dirigido por Martine Droulers, do grupo Europe dirigido por Jacques Lévy e do *Centre des Recherches sur le Brésil Contemporaine* da EHESS, onde também fui convidado para uma conferência.

Foi sem dúvida um de meus anos de estudo mais produtivos em termos acadêmicos, mas também um período de intensa vivência cultural e viagens, conhecendo novas geografias. Nas duas semanas de feriado letivo, em abril, fiz uma viagem de ônibus até o Marrocos, conhecendo o deserto do Saara, o povo berbere, seus impressionantes oásis e o contraste com as montanhas nevadas da cordilheira dos Atlas. Ao final do estágio, durante um mês de férias, realizei uma das viagens que mais me marcaram – um roteiro alternativo proposto por uma agência francesa (na categoria denominada “viagem aventura”) através da China tibetana, percorrendo durante quase um mês todos os grandes monastérios lamaístas, desde a província de Gansu, no rio Amarelo (Huang Ho) até a região autônoma do Tibet, subindo o planalto tibetano em um percurso rodoviário desafiador e surpreendente. A rodovia de Golmud, no deserto de Qinghai, a Lhasa, no topo do platô, havia sido aberta para visitaçãõ estrangeira há apenas dois anos e só víamos ao longo do caminho militares chineses e nômades tibetanos (e suas tropas de iaques). Atravessamos o passo de estrada tido como o mais alto do mundo, a 5.200 metros de altitude, e percorremos os grandes centros espirituais do Tibet – em Lhasa, Shigatse, Gyantse e Zedong. A viagem acabaria no Nepal, num vivo contraste geográfico com a cultura hinduísta e os verdes vales rizícolas do entorno de Khatmandu.

Começava assim a realização de um velho sonho: conhecer o mundo que tanto moldara o meu imaginário de criança através das viagens fictícias, dos relatos e dos “discursos” – com tantas estórias sobre países e paisagens distantes. Viriam depois a segunda viagem à China (agora sozinho e pelo sul, na rota Hong Kong-Yunnan, próxima à fronteira da Birmânia [Myanmar], acompanhado em Kunming, capital de Yunnan, por um estudante de economia, irmão do guia cuja família havia conhecido na viagem anterior), um congresso em Moscou com trabalho de campo numa reserva da biosfera do lago Baikal e na República Buriato-Mongol (via Transiberiana), uma viagem ao México indo por terra até Chiapas, outra, também de ônibus, da Grécia à

Romênia via Turquia (Istambul) e Bulgária, uma viagem à Índia (com três dias em camelo pelo deserto de Thar) e, mais recentemente, viagens ao Egito e à Jordânia, ao Cambodja e Vietnam e a Madagascar – as duas últimas com estada em casa de moradores locais, inclusive de minorias étnicas (no norte do Vietnam e no altiplano malgaxe).

Essas experiências no exterior, de inestimável valor em termos não apenas intelectuais mas, sobretudo, afetivos (em sentido amplo), intensificaram-se com o nosso estágio pós-doutoral, em 2002-2003, em Londres, sob supervisão da geógrafa Doreen Massey. Muito mais do que uma “orientação” e uma relação acadêmica, nosso contato se transformou numa grande amizade que teve como fruto sua vinda ao Brasil (UFF-Niterói e ANPEGE-Fortaleza), em 2005, incluindo viagem a Jericoacoara; a tradução de seu livro “For Space” para o português (editado pela Bertrand Brasil em 2008); uma viagem de férias ao Lake District e Muro de Adriano, no norte da Inglaterra, acompanhado também de sua irmã; um convite para colaborar em livro em sua homenagem e para participar como conferencista no “Doreen Massey Annual Event”, realizado na *Royal Geographical Society* em 2013.

Cabe destacar ainda que durante o pós-doutorado pude expandir meus contatos acadêmicos na Europa ao ser convidado por Jacques Lévy a um congresso (o reconhecido seminário anual de Cérisy) na França e por uma viagem de conferências na Alemanha, em roteiro proposto e organizado pelo geógrafo Wolf-Dietrich Sahr. Na Alemanha proferi conferências em Heidelberg, Leipzig (onde conheci os arquivos de Ratzel) e Jena (onde retomei o vínculo com Benno Werlen, iniciado durante sua visita à nossa universidade em 2001). Alguns anos depois ele me convidaria para representar o comitê de Geografia Cultural da UGI para a América Latina. Nos anos seguintes também pude incrementar meus laços com Portugal, através de convites de geógrafos do Porto (José Alberto Fernandes), de Lisboa (Francisco Roque de Oliveira e Zoran Roca) e de Coimbra (Rui Jacinto). Os laços com a Alemanha, por sua vez, seriam fortalecidos mais recentemente através de convênio de nosso Departamento com a Universidade de Hamburgo (onde palestrei em 2014) e convite para conferência no encontro do *Arbeitskreis Lateinamerika*, grupo de latino-americanistas em língua alemã, realizado em Bayreuth.

Meu convívio londrino (e em Milton Keynes, sede da Open University, onde nos reuníamos) durante o pós-doutorado teve alguns resultados muito importantes, além do término do trabalho que resultou no livro “O mito da desterritorialização”. Um deles foi o convite feito pelos geógrafos David Featherstone e Joe Painter para participar de livro<sup>42</sup> e debate<sup>43</sup> em homenagem a Doreen Massey. Resultou daí o artigo “Global sense of place and multi-territoriality: notes for a dialogue from a ‘peripheral’ point of view”, publicado no livro “Spatial Politics: essays for Doreen Massey”<sup>44</sup>. Nele traço um paralelo entre meu conceito de multiterritorialidade e a “concepção global” de lugar de Massey, destacando que muitas vezes o que os anglo-saxões denominam lugar está muito próximo do que nós denominamos território, num contexto muito mais marcado por lutas pela distribuição da terra e pela plena apropriação do espaço (em termos lefebvrianos) por grupos ditos povos originários ou, no caso brasileiro, povos tradicionais.

Como já foi ressaltado, o principal produto de meu pós-doutorado, publicado em livro sob o título “O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade”, acabou se constituindo em meu trabalho de maior repercussão acadêmica, tanto no Brasil quanto no exterior. Uma resenha muito positiva (com a avaliação máxima), de autoria do sociólogo Gilberto Vasconcellos, foi publicada no jornal Folha de São Paulo em 13 de abril de 2005<sup>45</sup>, o que representou um grande impulso na divulgação do livro. Ele foi traduzido e publicado em espanhol em 2011, no México<sup>46</sup>, pela Editora Siglo Veintiuno, e disso resultaram convites para conferências, inclusive por parte do sociólogo mexicano Gilberto Giménez, e para professor visitante, no caso do CRIM – *Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias*, em Cuernavaca, no México – onde nossa estada se deu no segundo semestre de 2013. Na Inglaterra, foi indicado para publicação por Doreen Massey, mas problemas com a tradução infelizmente impediram o processo de ser levado adiante. Na França, teve como subprodutos um artigo cuja tradução foi proposta e gentilmente realizada por Paul

---

<sup>42</sup> FEATHERSTONE, D. e PAINTER, J. (org.) *Spatial Politics: essays for Doreen Massey*. Malden e Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.

<sup>43</sup> O evento, “Annual Doreen Massey Event: Spatial Politics – a conversation”, foi realizado na Royal Geographical Society, em 8 de março de 2013.

<sup>44</sup> Este artigo foi publicado posteriormente em português como capítulo do livro “Viver no Limite” (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014), sob o título “Sentido global de lugar e multiterritorialidade”.

<sup>45</sup> VASCONCELLOS, G. Autor põe Geografia da pós-modernidade em questão. *Folha de São Paulo*, 13 abr. 2005.

<sup>46</sup> HAESBAERT, R. *El mito de la desterritorialización: del “fin de los territorios” a la multiterritorialidad*.

Claval para a revista *Géographies et Cultures*<sup>47</sup>, um verbete (“Déterritorialisation”) introduzido no Dicionário de Geografia organizado por Jacques Lévy e Michel Lussault (“Dictionnaire de la Géographie et de l’espace des sociétés”) e um artigo (infelizmente com sérios problemas de tradução), “De la déterritorialisation à la multiterritorialité”, publicado no livro “Les sens du mouvement”<sup>48</sup>. Obteve ainda resenha em inglês, escrita por Perla Zusman e publicada na revista on-line *Society & Space*<sup>49</sup>. Um dos debates mais fecundos envolvendo o livro foi travado com a geógrafa mexicana Blanca Ramírez por ocasião do lançamento do livro na Editora Siglo Veintiuno e publicado na revista “Economía, Sociedad y Territorio”, em 2013<sup>50</sup>.

É interessante como a principal questão levantada por esse livro, a da desterritorialização, era francamente difundida (notadamente fora da Geografia), sem que, na grande maioria das vezes, fosse explicitado e/ou discutido o conceito de território a que estava referida. Assim, o livro realiza um grande balanço dos usos (e abusos) da concepção em diferentes áreas das Ciências Sociais e propõe, entre outros pontos, que grande parte do que é denominado desterritorialização refere-se, na verdade, a processos muito mais complexos de reterritorialização – a que propus denominar multiterritorialidade. Ao mesmo tempo, a dimensão social do processo, que deveria ser a mais trabalhada, era praticamente ignorada: a da desterritorialização como precarização territorial. Falava-se de desterritorialização econômica (ligada especialmente à “deslocalização” – na verdade, multilocalização ou localização mais flexível – das empresas), política (com o debilitamento do poder de controle dos fluxos pelas fronteiras dos Estados nacionais) e mesmo cultural (com o hibridismo que desvincularia as identidades de referenciais territoriais definidos, como se não pudessemos nos territorializar também em/com espaços multi-identitários). A dimensão mais propriamente social, entretanto, envolvendo condições socioeconômicas de classe, por exemplo, praticamente não era aludida.

Tratava-se, portanto, de propor um olhar “periférico” sobre a desterritorialização, através de contextos como o latino-americano, em que a perda ou a interdição do acesso

---

<sup>47</sup> HAESBAERT, R. 2004. Le mythe de la déterritorialisation. *Géographie et Cultures* 40.

<sup>48</sup> ALLEMAND, S.; ASCHER, F. e LÉVY, J. (org.) *Les sens du mouvement*. Paris: Belin, 2004.

<sup>49</sup> <http://societyandspace.com/reviews/reviews-archive/haesbaert/> (acessado em 3 dez. 2014)

<sup>50</sup> No México, para minha (grata) surpresa, lançamento de livro é acompanhado de mesa-redonda e debate. Esse debate com Blanca foi publicado em RAMÍREZ, B. De la elegia del espacio a la elegia del territorio, resenha respondida no mesmo número da revista em HAESBAERT, R. De espaço e território, estrutura e processo. *Economía, Sociedad y Territorio* XIII (43), 2013.

à terra – e ao território - tem provocado, historicamente, toda uma dinâmica de manutenção de extremas desigualdades e de “exclusão” ou, como prefiro, inspirado na noção de “inclusão precária” de José de Souza Martins, “precarização territorial”. Enquanto isso, nos chamados países centrais, falava-se de uma desterritorialização genérica, que por não distinguir seus efeitos profundamente diferenciados conforme as classes e grupos sociais, podia ser um termo utilizado tanto para caracterizar o grande executivo de uma empresa transnacional que circula constantemente por múltiplos territórios onde se encontra econômica e politicamente seguro quanto para o imigrante pobre e indocumentado que, inseguro, vaga pela Europa ou pelos Estados Unidos em busca de trabalho.

É curioso como o livro foi criticado tanto pelo argumento de que seria “estruturalista” (como na crítica de Blanca Ramírez) quanto por ser “pós-estruturalista” (como para geógrafos marxistas brasileiros que se recusam a dialogar com autores como Gilles Deleuze e Michel Foucault). A referida resenha de Gilberto Vasconcellos, por sua vez, enfatiza a crítica do livro à leitura “pós-moderna” (por extensão, também, neste caso, pós-estruturalista) da Geografia. Reconheço que a contribuição do livro se deve sobretudo ao caráter distinto, não só na forma de problematizar, colocando a questão da desterritorialização em outros termos, como também no modo de abordar teoricamente a temática, fazendo dialogar autores que até então pouco interagem, pelo menos no âmbito da Geografia brasileira. Aberta a críticas, é claro, uma perspectiva inovadora aparece, creio, na forma com que me aproprio e realizo a interlocução entre autores chave nessa problemática, como Gilles Deleuze e Felix Guattari (principais filósofos “da desterritorialização”), com a perspectiva crítica de base dialética e materialista histórica incorporada há mais tempo no pensamento geográfico.

Isso não seria novidade em outras áreas, como fica claro nesta afirmação de Michael Peters:

*... pode-se afirmar que não existe nada de necessariamente antimarxista ou pós-marxista seja no pós-modernismo seja no pós-estruturalismo. Na verdade (...) é possível fazer uma leitura pós-estruturalista, desconstrutivista ou pós-modernista de Marx. Na verdade, o marxismo estruturalista althusseriano teve uma enorme influência sobre a geração de pensadores que nós agora chamamos ‘pós-estruturalistas’ e cada um deles, à sua maneira, acertou suas contas com Marx: vejam-se, por exemplo, as ‘Observações sobre Marx’ (1991) que Foucault faz (...); ou os ‘Espectros de Marx’, de Derrida (1994); ou a tese da mercantilização ‘marxista’ no livro de Lyotard, ‘A condição pós-moderna’. (...) Deleuze [que escreveu ‘O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia’] (...)*

*se via, claramente, como um marxista (Deleuze, 1995:171). Todos esses pós-estruturalistas veem a análise do capitalismo como um problema central*<sup>51</sup>.

## **V. SOCIEDADES DE IN-SEGURANÇA E DES-CONTROLE DOS TERRITÓRIOS: ENFIM, UM OLHAR PARA O RIO**

Os frutos colhidos com a difusão de “O mito da desterritorialização” envolveram a ampliação de um diálogo inter ou transdisciplinar que já vinha se desenhando. Em áreas que se estendem da Economia à Psicologia e à Arte, das Relações Internacionais à História e à Literatura, muitos foram os convites que recebi para construir pontes e, de alguma forma, também, aprender e, com isso, divisar novos caminhos. Foi assim que, em 2006, dei início a um novo projeto junto ao CNPq, época em que, paralelamente, me engajava em projetos acadêmico-administrativos, como a coordenação de nosso Programa de Pós-Graduação (partilhada, como venho fazendo novamente hoje, com o colega Marcio Piñon de Oliveira), participação na comissão de avaliação da CAPES, em Brasília (com visita/avaliações de diversos programas de Pós-Graduação pelo país) e a representação, juntamente com a geógrafa Perla Zusman, na Comissão de Geografia Cultural da União Geográfica Internacional para a América Latina. Cabe acrescentar que alguns anos depois também assumi por um ano a representação nacional da área de Geografia junto ao CNPq. Ao mesmo tempo, deixava o Comitê Editorial da Editora da Universidade Federal Fluminense, onde trabalhei durante alguns anos, e dava continuidade (desde sua fundação, em 1999) à intensa participação no Comitê Editorial da revista GEOgraphia.

Esse trabalho junto à revista do nosso Programa de Pós-Graduação merece certo detalhamento. Tal como na elaboração da própria estrutura do curso, como membro da comissão pedagógica instituída em 1996 (o curso foi criado em 1998 e iniciado em 1999), pude contribuir ativamente na construção do projeto, na sua concretização e na consolidação de nossa revista como uma das mais respeitadas revistas de Geografia do país. Até hoje, mesmo tendo reiteradamente anunciado minha intenção de afastamento, continuo com ação efetiva no comitê editorial. Para a nossa satisfação, a revista

---

<sup>51</sup> PETERS, M. *Pós-estruturalismo e políticas da diferença: uma introdução*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 27.

alcançou pontuação máxima na avaliação Qualis (A1), e uma sessão como “Nossos Clássicos” tem representado contribuição relevante – e pioneira – em nossa área. Empenhei-me na elaboração de projetos de tradução (quando não me engajei diretamente neles) como, por exemplo, de textos inéditos de Paul Vidal de la Blache e em livro de Alfred Hettner, referência fundamental em nosso campo. As traduções de Vidal deram origem a uma proposta de maior fôlego que culminou, em 2012, com a publicação, juntamente com os colegas Sergio Nunes Pereira e Guilherme Ribeiro (ex-doutorando do Programa), de “Vidal, Vidais”, uma composição única de textos do autor nas vertentes da Geografia humana, mais geral, da Geografia regional e da Geografia política<sup>52</sup>. Cabe menção, num sentido mais amplo, a atuação junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia de nosso Departamento, onde já orientamos/supervisionamos 20 dissertações de mestrado, 14 teses de doutorado, 6 pós-doutorados, além de 14 trabalhos de conclusão de curso em nível de graduação.

O novo projeto vinculado ao CNPq e iniciado em 2006 denominou-se “Sociedades de In-Segurança e Des-Controle dos Territórios”. Inspiração não faltava, desde 2001, com a ascensão global da Al Qaeda (objeto de um artigo muito geral, abordando o fenômeno a partir da concepção de multiterritorialidade<sup>53</sup>) e, desde muito antes, com os discursos e práticas (inclusive pessoais) sobre a insegurança no espaço metropolitano carioca. Voltava-me assim, finalmente, para o contexto espacial cotidianamente vivido, o espaço da cidade do Rio de Janeiro, que apenas pontualmente, em poucas ocasiões, havia sido objeto de meus estudos empíricos (como na pesquisa, já aqui comentada, realizada logo após a chegada ao Rio, a convite de Milton Santos). Conteí com o auxílio de vários bolsistas de iniciação científica que levantaram, através dos dois principais jornais diários cariocas, voltados para públicos/classes diferentes (“O Dia” e “O Globo”), dados sobre como os conflitos armados e, por extensão, as áreas “inseguras” acabavam sendo representadas na cartografia urbana de cada um dos dois veículos de comunicação. Além disso, passamos a avaliar as medidas que denominamos de contenção territorial dos grupos subalternos, especialmente a construção de novos muros e a instituição de um “cinturão de segurança” na metrópole, vinculado às áreas prioritárias para o turismo e a realização dos megaeventos.

---

<sup>52</sup> HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. e RIBEIRO, G. (org.) *Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

<sup>53</sup> HAESBAERT, R. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. *Terra Livre* n. 18, 2002.



Os primeiros debates sobre o tema surgiram em minha participação numa mesa-redonda do congresso da ANPEGE em Fortaleza, em 2005, e em conferência também na reunião bianual da ANPEGE, na própria UFF-Niterói, em 2007. A partir daí diversos debates em outros eventos, no Brasil e no exterior, nos auxiliaram na elaboração conceitual e na precisão de alguns de nossos resultados empíricos. A questão dos muros acabou adquirindo um peso maior do que imaginávamos, quando do surgimento de um projeto para murar várias favelas da zona sul do Rio de Janeiro, em 2008. Acabamos direcionando nossa perspectiva também para o estudo dos muros fronteiriços, o que nos fez realizar um breve percurso histórico, que levou a conhecer, pessoalmente, depois da muralha da China (visitada em nossa primeira viagem àquele país, em 1992), muros como o de Adriano – “limes” romano no norte da Inglaterra e o muro viking em Schleswig, no norte da Alemanha.

Todo esse debate em torno dos muros e da contenção territorial que, nas atuais “sociedades de (in)segurança”, ajuda a explicá-los, veio acoplado a um aprofundamento de nossas leituras sobre Foucault, iniciadas, como já salientamos, na década de 1990, especialmente com os livros *Microfísica do Poder* e *Vigiar e Punir*. Foucault se tornaria uma referência imprescindível, sobretudo, em função de suas últimas obras publicadas na França, em especial “Em defesa da sociedade”, “Segurança, Território e População” e “O nascimento da biopolítica”, todos eles lidos e debatidos durante alguns anos no nosso grupo de pesquisa, o NUREG. Além de Foucault, foi muito importante, também, a descoberta de Giorgio Agamben, cujo primeiro contato foi travado no grupo de debates da Open University, em Milton Keynes, em 2003, e depois prosseguiu com a leitura de “Homo Sacer” no âmbito do NUREG. As noções de Estado de exceção e “campo”, em Agamben, impregnadas da dimensão territorial, foram decisivas na configuração de nosso conceito de contenção territorial.

Algumas orientações de mestrado e doutorado também ajudaram a aprofundar o tema e o contato com as comunidades faveladas foi facilitado através de orientandos e ex-orientandos (em especial Timo Bartholl) residindo ou com relações diretas com esses espaços, principalmente nas favelas Chapéu Mangueira, Santa Marta e no Complexo da Maré. Neste, participamos também de evento em que se discutiu a construção de outro muro – o da Linha Vermelha, principal artéria de ligação entre o aeroporto internacional e áreas centrais da cidade. A partir daí propusemos identificar duas modalidades de muros de contenção, os muros-barragem, presentes em uma favela como Santa Marta, e

os muros-duto, como o de grandes vias de circulação como as Linhas Vermelha e Amarela. Nesse caso, trata-se de “canalizar” os fluxos e, em nome de sua proteção, afastar (pelo menos da visibilidade “estrangeira”) as áreas indesejadas ou estigmatizadas das favelas – ou, no dizer de Foucault, “separar as boas das más circulações” (circulação que ele associa ao conceito de “meio” enquanto espaço em que ocorre todo tipo de circulação).

A entrada da polícia no comando de diversas favelas onde foram instaladas as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) demonstrou como a categoria território, mais do que uma construção analítica, foi incorporada enquanto categoria da prática no uso pela mídia e no âmbito do próprio senso comum. Essa expansão (quase “panaceia”) do conceito para o âmbito do cotidiano e/ou das políticas públicas (enquanto categoria também normativa) fez com que desdobrássemos a pesquisa, em 2014, para a esfera desse uso do território como categoria da prática por parte dos movimentos sociais na América Latina.

No caso das favelas cariocas, a imprensa é pródiga em manchetes do tipo “retomada” ou “ocupação” do território. A partir daí percebemos a operacionalidade de dessa leitura do território dentro de um *continuum* entre processos mais efetivos de apropriação e processos de simples dominação, já que, para o Estado em sua “política pacificadora” o território é fundamentalmente um espaço de exercício da dominação (militar, inclusive), enquanto para a grande maioria da população local se trata de aprofundar formas concretas de apropriação, que incluem, obviamente, a apropriação simbólica, tal como proposto por Henri Lefebvre. Isso fica evidente também em um movimento, criado inicialmente na favela do Borel, contra o toque de recolher imposto pela polícia, denominado “Ocupa Borel às 9”, depois expandido para favelas como as do complexo do Alemão. Tratou-se claramente de movimento pela apropriação de um espaço majoritariamente marcado por dinâmicas de dominação. Pela sua própria denominação é interessante perceber ainda os claros vínculos locais-globais que o movimento implica.

Os resultados mais importantes da pesquisa, desenvolvida de 2007 a 2013 junto ao CNPq, foram publicados na forma de livro em 2014. O livro “Viver no limite: território e multi/transteritorialidade em tempos de in-segurança e contenção” divide-se em duas partes – a primeira, mais teórico-conceitual, dá prosseguimento ao debate desencadeado

por “O mito da desterritorialização”, situando o conceito de território na “constelação” geográfica de conceitos, em sentido mais amplo, e aprofundando temas como a multi/transterritorialidade e as lógicas zonal e reticular (especialmente em relação ao Estado), incluindo ainda a versão, inédita em português, do capítulo “Global sense of place and multi-territoriality”, já aqui citado (v. nota 30). A segunda parte, intitulada “Biopolítica, in-segurança e contenção territorial”, aborda nossa investigação, tanto teórica quanto empírica, das espacialidades/territorialidades vinculadas a sociedades marcadas pelo discurso e por práticas de in-segurança, com ênfase ao caso do Rio de Janeiro. Conclui-se com a abertura para uma nova frente de pesquisa: as iniciativas de “contornamento” dessas dinâmicas de contenção.

Minha dedicação ao estudo empírico da cidade do Rio de Janeiro deu-se depois de mais de 20 anos residindo na cidade. Esse afastamento intelectual da realidade carioca não significa, porém, em hipótese alguma, que eu não vivenciasse – e me inquietasse com – a diversidade geográfica oferecida por essa megacidade. Como afirmei numa entrevista publicada na revista GEOUerj, em 1998:

*Como a maioria dos brasileiros, sempre tive o maior carinho e uma certa fascinação pelo Rio de Janeiro. Os contrastes geográficos e culturais e as violentas contradições desta megacidade são um constante estímulo para repensar nossos pontos de vista e mesmo um desafio à própria imaginação. Se existe uma “imaginação geográfica” brasileira, ela com certeza tem muitas de suas raízes aqui<sup>54</sup>.*

Na verdade, como já se percebia desde cedo, na infância, através dos meus “discursos” sobre o Rio de Janeiro, essa cidade foi sempre uma referência para mim. Assim, voltar-me para a pesquisa dessa realidade não foi exatamente um esforço. Talvez tenha influenciado também o fato de o Rio ser considerada por alguns como nossa “grande cidade nacional” (com certo exagero, “a única”, para o escritor Ruy Castro) e por sua sobrevalorização simbólico-midiática a nível nacional e internacional, especialmente via Rede Globo de Televisão (e suas telenovelas). De algum modo, vivendo no Rio de Janeiro há tanto tempo, eu não poderia deixar de, em algum momento de meu percurso acadêmico, voltar-me para o estudo das tensões de sua densa trama geográfica ao mesmo tempo de descontração, alegria, violência e profunda desigualdade. Como se, diante de tantos geógrafos dedicados ao estudo da cidade, fosse necessário “justificar” essa escolha ...

---

<sup>54</sup> Entrevista conduzida por João Rua, publicada na revista GEOUerj n. 4, jul.-dez. 1998, e republicada em versão resumida no livro Territórios Alternativos (HAESBAERT, R. 2002. São Paulo: Contexto).

## VI. DE VOLTA AO INÍCIO: QUESTÃO DE IDENTIDADE

Deixar os “gaúchos”, entretanto, não foi tarefa fácil. É como se eu mesmo, a partir do final dos anos 1990, tivesse definitivamente “acertado as contas” com o gauchismo – inclusive na figura de meu pai, caracterizado, de forma questionável, em se tratando de uma visão não essencialista de identidade, como “verdadeiro” gaúcho na dedicatória que lhe fiz em “RS: Latifúndio e Identidade Regional” – e incorporado muito mais traços de uma “identidade” carioca (se é que se pode falar, genericamente, dessa forma). Identidade territorial, a propósito, é o terceiro grande eixo conceitual que atravessa praticamente toda a minha trajetória acadêmica. Eixo, sem dúvida, plenamente integrado aos outros dois – inicialmente, com a questão regional e, logo depois, com o território, através da identidade territorial – ou, para ser mais preciso, da dimensão simbólica do poder e, conseqüentemente, do território.

A questão da identidade geográfica que, pessoalmente, envolveu-me como um Outro no Rio de Janeiro – e depois, através da pesquisa de doutorado, na Bahia, do doutorado sanduíche, durante um ano em Paris, e do pós-doutorado, com um ano em Londres – refletiu na recorrência com que a temática aparece ao longo de todo o meu percurso. “Identidade” está no título de meus dois livros de maior investimento empírico: “RS: Latifúndio e Identidade Regional”, fruto do mestrado, e “Des-territorialização e identidade: a rede ‘gaúcha’ no Nordeste”, produto do doutorado. Para completar, “Identidades Territoriais”<sup>55</sup> é o título de meu artigo mais citado e vários outros relacionados ao tema aparecem na lista, aqui comentada, das citações do Google Acadêmico. Aparecem assim trabalhos como “Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial” (2007), “Fim dos territórios ou novas territorialidades” (2002), “‘Gaúchos’ e baianos no ‘novo’ Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais” (1996), “Território, cultura e des-

---

<sup>55</sup> HAESBAERT, R. 1999. Identidades Territoriais. In: Corrêa, R. e Rosendahl, Z. *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

territorialização” (2001) e “Território, poesia e identidade” (1997, republicado no livro “Territórios Alternativos”, 2002).

Um bom sintoma da força da temática como campo de investigação é sua repercussão através de diálogos interdisciplinares. Como frutos dessa interlocução destacamos a participação em dois eventos promovidos pela área de Linguística Aplicada e Letras (UFRJ-PUC Rio), a organização de uma coletânea com Frederico Araújo, do IPPUR-UFRJ e a participação em eventos e publicações na área das Artes (Arte e Novas Espacialidades – Oi Futuro Belo Horizonte, Provisões/World of Matter – Museu da Pampulha, FAOP-Ouro Preto e Caderno SESC Pompeia-VideoBrasil com a artista Marie Ange Bordas). Em duas organizações do “Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade” (2001 e 2006), participei como membro da Comissão Científica e como conferencista, além de ter publicado dois capítulos de livro<sup>56</sup>. Os eventos promovidos por artistas mineiros na Oi Futuro-Belo Horizonte e no Museu da Pampulha (além de outro, sem publicação, na FAOP-Ouro Preto), resultaram em obras bilíngues onde também publiquei dois capítulos de livro. A artista Marie Ange Bordas, que tem um reconhecido trabalho vinculado a campos de refugiados, estimulada por meu conceito de multiterritorialidade, convidou-me para participar de publicação por ela organizada, onde escrevi o artigo “Territórios em trânsito”, além de mesa-redonda durante o lançamento da obra no SESC-Pompeia (São Paulo).

O livro organizado com Frederico Araújo resultou de um grupo de trabalho por nós dirigido e apresentado durante encontro da ANPUR (Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional) e reuniu trabalhos nossos e de ex-doutorandos. Intitulou-se “Identidade Territoriais: questões e olhares contemporâneos”, e foi editado pela Access, do Rio de Janeiro, em 2007. A questão identitária levou-me ainda a organizar, como membro da Comissão de Geografia Cultural da UGI para a América Latina, juntamente com Perla Zusman, da Universidade de Buenos Aires, o evento “Aspectos culturales en las Geografías económicas, sociales y políticas”, em 2007, na Argentina, do qual participaram reconhecidos geógrafos como Paul Claval, Benno Werlen, Jacques Lévy, Vincent Berdoulay, Ana Fani Carlos e Paulo Cesar Gomes. Dele resultou a coletânea “Geografías Culturales: aproximaciones, intersecciones y desafíos”,

---

<sup>56</sup> O já citado “Fim dos territórios ou novas territorialidades?” (In: Lopes, L. e Bastos, L. [org.] 2002. *Identidades: recortes multi e transdisciplinares*. Campinas: Mercado de Letras) e “O espaço importa: dilemas da construção identitário-territorial na contemporaneidade” (In: Bastos, L. e Lopes, L. [org.] *Estudos de Identidade: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Garamond).

onde escrevi, além da Introdução com Perla Zusman, o capítulo “Viviendo en el limite: los dilemas del hibridismo y de la multi/transterritorialidad”. O livro foi publicado pela Editora da Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires em 2011.

Diversos outros debates envolvendo o tema foram desdobrados, incluindo análise da identidade brasileira, a questão do hibridismo cultural e, mais recentemente, uma associação entre transterritorialidade e antropofagia – essa forma muito brasileira, definida no Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade, de “deglutir” o outro e fazer dele, sempre, algo diferente. Identidades – e territorialidades – “de trânsito” se desenham lado a lado com tentativas de “barragem”/contenção de fluxos, em especial o fluxo de pessoas. Maior hibridismo cultural, como aquele entre algumas diásporas de migrantes, mescla-se com novas formas de apego a identidades (nacionais, regionais, locais) tidas como fechadas e que, quando vinculadas a um território específico, alimentam o fenômeno dos novos territorialismos. Um imenso leque de questões volta a se abrir, revalorizando a questão cultural-identitária, cultura vista sempre como cultura política, sem falar nas suas profundas imbricações com a mercantilização que tudo transforma em instrumento de compra e venda.

“Não concluindo”, com a questão da identidade (e toda a polêmica que envolve o tema nos nossos dias, incluindo aqueles que questionam o termo e propõem um tratamento teórico “para além da identidade”) podemos dizer que “voltamos ao início”, já que toda a nossa trajetória foi marcada, de um modo ou de outro, pela (des)construção identitária, seja em nível mais pessoal, seja em um nível acadêmico em sentido mais estrito. Isso para afirmar que nossos caminhos de investigação não podem nunca ser desvinculados das questões com as quais nos encontramos mais direta e pessoal e/ou socialmente envolvidos.

Foi a consciência dessa contextualização geo-histórica de nossa produção do conhecimento que me levou, também, nos últimos anos, a um intercâmbio mais intenso com os vizinhos países latino-americanos. Fui convidado como professor visitante nas universidades Autónoma do México (CRIM-Cuernavaca), Nacional de Tucumán e Universidade de Buenos Aires, onde assumi a condição de membro efetivo do corpo docente da Pós-Graduação em Políticas Territoriales y Ambientales, ligada ao Departamento de Geografía. Além disso, participei de diversos eventos na Colômbia (universidades de Antioquia e Javeriana, de Medellín), na cidade do México, no

Uruguai e na Argentina (Mendoza, Córdoba e Santa Fe, além de Tucumán e Buenos Aires), com convites para novas estadas em Zamora (México), Quito (Equador), Lima (Peru) e Osorno (Chile) nos próximos dois anos.

Essa incursão pela América Latina repercutiu também em reflexões pautadas no chamado pensamento pós ou de(s)colonial, como aparece na conclusão de meu livro “Regional-Global”. Nesse aspecto, o diálogo com os colegas Carlos Walter Porto-Gonçalves e Valter do Carmo Cruz foi fundamental. Essa interlocução teve como um de seus momentos mais importantes a organização conjunta do “IV Encontro da Cátedra América Latina e Colonialidade do Poder: para além da crise? Horizontes desde uma perspectiva descolonial”, realizado em 2013 no Rio de Janeiro e com a presença de renomados intelectuais latino-americanos, como Anibal Quijano, Catherine Walsh, Alberto Acosta, Edgardo Lander e Luis Tapia. Durante uma mesa-redonda que coordenei tivemos um dos momentos mais marcantes que já presenciei em eventos acadêmicos, quando circulou pela sala, em vestes cerimoniais, um indígena ashaninka da Aldeia Maracanã que, abençoando a todos com o som de sua maraca, foi confundido por alguns participantes com um louco, um mendigo ou, simplesmente, um intruso. A partir desse episódio acabamos realizando, juntamente com Catherine Walsh, uma visita à Aldeia Maracanã, em sua estratégica resistência no prédio abandonado do antigo Museu do Índio, junto ao estádio Maracanã.

A “intuição geográfica” contextualizada e o compromisso político de meus colegas Carlos Walter e Valter, envolvidos com os movimentos sociais, tem sido uma lição constante para mim. Embora, pessoalmente, eu tenha construído um perfil, digamos, mais acadêmico, eles me realimentam constantemente com seu olhar acurado sobre a realidade vivida dos movimentos de resistência – assim como, estou certo, também realimento suas inquietações a nível teórico-conceitual. Foi inspirado nesse diálogo que propus meu atual projeto de pesquisa junto ao CNPq sobre o território (e também a região) como categoria da prática. Investir cada vez mais numa ciência comprometida não apenas com a crítica mas também com a efetiva transformação social deveria ser preocupação de todo intelectual digno desse nome. Mesmo se não formos diretamente “ativistas”, é fundamental estarmos constantemente atentos à enorme responsabilidade social de nossos discursos. É por uma Geografia ao mesmo tempo intensamente vivida (com paixão, como, acredito, sempre tenho feito) e teoricamente comprometida com a crítica e a mudança social que devemos lutar, todos, no rumo, quem sabe, de uma

América Latina (ou *Abya-Yala*, como querem os povos originários) ao mesmo tempo diversa, fraterna e muito mais igualitária.

*Gostaria de deixar meu agradecimento final a todos aqueles que, em diferentes fases da minha trajetória, além da amizade (porque aprendi a nunca separar reflexão intelectual e afeto), também enriqueceram nossos debates, questionando e, com isso, fazendo a crítica avançar – em especial, além de Carlos Walter e Valter, Maurício Abreu (in memoriam), Doreen Massey, Jacques Lévy, Heinz Dieter Heidemann (orientador de doutorado), João Rua, Almir Pita, Sergio Nunes Pereira, Ivaldo Lima, Marcelo Lopes de Souza, Paulo Cesar Gomes, Lia Machado, Helion Povoá Neto, Wolf-Dietrich Sahr, Ana Angelita Rocha e Maria Lucia Oliveira.*